DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, quinta-feira, 27 de julho de 1978 — ANO III — Nº. 142

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 4256 DE 25 DE JULHO DE 1978

Altera o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 107, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o Art. 27, Item I, do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, e o que consta no Processo nº 623.125/78,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1978

90º da República e 19º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4256 DE 25 DE julho DE 1.978

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	78.621.000,00	FUNÇÃO 03 - Administração e Planejamento	
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	2.500.000,00	PROGRAMA 08 - Administração Financeira	
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	11.000.000,00	SUBPROGRAMA 033 - Dívida Interna	
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.091 - Amortização e Encargos de Financiamento	4.800.000,00
- Governo do Distrito Federal	60.121.000,00	FUNÇÃO 04 - Agricultura	
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	5.000.000,00	PROGRAMA 07 - Administração	
		SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	
		2.056 - Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	63.321.000,00
		1.01 - Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	4.600.000,00
		1.04 - Conclusão do Posto de Abastecimento e Lubrificação e Almoxarifado Central	257.000,00
		PROGRAMA 18 - Promoção e Extensão Rural	
		SUBPROGRAMA 111 - Extensão Rural	
		2.01 - Manutenção do Despartamento de Engenharia e Mecanização Agrícola	12.500.000,00
		1.02 - Aquisição de Mercadorias para Reposição de Estoque	40.000.000,00
		1.03 - Reequipamento do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola	5.000.000,00
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	56.500.000,00	PROGRAMA 48 - Cultura	
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	500.000,00	SUBPROGRAMA 247 - Difusão Cultural	
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.000.000,00	1.126 - Obras e Melhoramento do Jardim Zoológico	1.200.000,00
- Governo do Distrito Federal	8.000.000,00	PROGRAMA 51 - Energia Elétrica	
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	48.000.000,00	SUBPROGRAMA 269 - Eletrificação Rural	
		1.06 - Eletrificação na Área do PAD-DF	443.000,00
		PROGRAMA 88 - Transporte Rodoviário	
		SUBPROGRAMA 534 - Estradas Vicinais	
		1.052 - Construção e Recuperação de Estradas Rurais	3.000.000,00
T O T A L	135.121.000,00	T O T A L	135.121.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4256 DE 25 DE julho DE 1.978

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.091	Amortização e Encargos de Financiamento		4.800.000,00	4.800.000,00
2.056	Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	4.000.000,00	59.321.000,00	63.321.000,00
1.01	Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	4.600.000,00	-	4.600.000,00
1.04	Conclusão do Posto de Abastecimento e Lubrificação e Almoxarifado Central	257.000,00	-	257.000,00
2.01	Manutenção do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola	12.500.000,00	-	12.500.000,00
1.02	Aquisição de Mercadorias para Reposição de Estoque	40.000.000,00	-	40.000.000,00
1.03	Reequipamento do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.126	Obras e Melhoramento do Jardim Zoológico	200.000,00	1.000.000,00	1.200.000,00
1.06	Eletrificação na Área do PAD-DF	443.000,00	-	443.000,00
1.052	Construção e Recuperação de Estradas Rurais	-	3.000.000,00	3.000.000,00
	T O T A L	67.000.000,00	68.121.000,00	135.121.000,00

MATERÍAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

→ Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:

Anexo I do Palácio do Buriti - 6° andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803 - e PABX - 225-6830 Ramal 312.

OFICINAS - Direto: 226-4357 e PABX 225-2515.

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 400,00
Semestral ..... Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 300,00
Semestral ..... Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Órgãos Governamentais ..... Cr$ 6,40
Particulares ..... Cr$ 10,00

NÚMERO AVULSO

— O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4256 DE 25 DE julho DE 1.978

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	ELEMENTOS														TOTAL
	3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.3.0	3.2.4.0	3.2.5.1	3.2.5.2	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.6.0	4.3.1.0	
2.091	-	-	-	-	-	-	800.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00	4.800.000,00
2.056	40.000.000,00	9.500.000,00	3.000.000,00	1.700.000,00	300.000,00	421.000,00	-	4.900.000,00	3.500.000,00	-	-	-	-	-	63.321.000,00
1.01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.100.000,00	500.000,00	-	-	4.600.000,00
1.04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257.000,00	-	-	-	-	257.000,00
2.01	600.000,00	9.700.000,00	2.000.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-		-	12.500.000,00
1.02	-	-	10.000,00	790.000,00	-	-	110.000,00	-	-	-	-	-	39.090.000,00	-	40.000.000,00
1.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00	1.000.000,00	-	-	5.000.000,00
1.126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
1.06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	443.000,00	-	-	-	-	443.000,00
1.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	3.000.000,00
	40.600.000,00	19.200.000,00	5.010.000,00	2.690.000,00	300.000,00	421.000,00	910.000,00	4.900.000,00	3.500.000,00	4.900.000,00	8.100.000,00	1.500.000,00	39.090.000,00	4.000.000,00	135.121.000,00

Secretaria do Governo

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA, Agente de Portaria, Código TP-602.2, matrícula nº 12.000, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção Financeira, da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar MARIA DE JESUS CARVALHO FERREIRA, matrícula nº 19.360, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-12, de Encarregado de Turma de Construção Civil, da Seção de Obras e Reparos, da Divisão de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar ESTÁCIO MARTINS DIAS, matrícula nº 18.736, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Administração de Sedes, da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA, Agente de Portaria, Código TP-602.2, matrícula nº 12.000, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Administração de Sedes, da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar MARIA DE JESUS CARVALHO FERREIRA, matrícula nº 19.360, da Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção Financeira, da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designada para outra função.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar ESTÁCIO MARTINS DIAS, matrícula nº 18.736, da Função em Comissão símbolo FC-12, de Encarregado de Turma de Construção Civil, da Seção de Obras e Reparos, da Divisão de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 22.018/75,

RESOLVE:

RETIFICAR o Decreto de 21 de julho de 1975, publicado no "Distrito Federal" nº 110, de 24 de julho do mesmo ano, que aposentou a funcionária RUTH DOS SANTOS RODRIGUES, no cargo de Telefonista, nível 7-B, matrícula nº 5.532, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para considerar essa aposentadoria nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, letra "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 121.856/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOSÉ JOAQUIM DE FIGUEIREDO FILHO, Agente de Polícia, Classe "A", Código PC-205.1, matrícula nº 34.365, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 3 de julho de 1978

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.327/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, GUY DE FONTGALLAND CORREA DA SILVA LOUREIRO, Técnico de Administração, Classe "C", Código NS-715.7, matrícula nº 9.227, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.405/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ERNESTO DE MIRANDA NETO, do cargo de Engenheiro Agrônomo, Classe "A", Código NS-707.4, matrícula nº 8.936, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 12.972/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, nível 9-B, a GERALDO PEREIRA, matrícula nº 9.228, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 12.848/78

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, MAYRA CRESTANI, do cargo de Professor de Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula nº 3.361, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978,

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 12.454/78,

RESOLVE:

CONSIDERAR APOSENTADO, nos termos dos artigos 176, item I, e 181, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item II, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Serviços de Engenharia, Classe "D", Código NM-808.7, JOSÉ JORGE DE MELLO, matrícula nº 14.683, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 20 de abril de 1978.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 13.170/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, nível 8-A, a RAIMUNDO PEREIRA GOMES, matrícula nº 14.537, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 429.731/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, Código MG1.02.19, a ANGÉLICA BORGES DE BARROS, matrícula nº 4.667, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
JOSE MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 10.318/78,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria, Classe Artífice, Código ART-503.2, OSVALDO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 14.593, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 13.932/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, a VALDEMAR FERNANDES DA SILVA, matrícula nº 604, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 13.331/78,

RESOLVE:
CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Operário Rural, nível 6, a JOAQUIM BATISTA DA SILVA, matrícula nº 13.225, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
JOSE MARIA RABELO PEREIRA

DECRETO DE 24 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 10.255/78,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Artífice Especializado, Código ART-505.3, JOSÉ BARBOSA DA SILVA, matrícula nº 13.983, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE MARIA RABELO PEREIRA

Secretaria de Serviços Sociais

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Parágrafo primeiro, do artigo 25, do Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.272, de 07 de junho de 1976,

RESOLVE:

Designar o Doutor LUCIANO FERNANDES, para membro efetivo do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Distrito Federal, 20 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Parágrafo Primeiro, do artigo 25, do Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.272, de 07 de junho de 1976,

RESOLVE:

Designar o Doutor EDUARDO LOPES DE VASCONCELLOS, para membro efetivo do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Distrito Federal, 20 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 430.129/78
INTERESSADO: ALBERTO CESAR RUSSI - Mat. 97.634-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

ALBERTO CESAR RUSSI, Assistente de Administração, inscrição nº 97.634, contratado da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita dispensa de ponto, para participar da OPERAÇÃO REGIONAL DO PROJETO RONDON XXI, no Estado do Pará, no período de 1º a 31 de julho do corrente ano.

O Secretário de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto ao servidor em questão, no período referido, nos termos do artigo 1º do Decreto mencionado, desde que comprove sua participação.
Brasília, 20 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 11.459/78
INTERESSADO: BENTO DE FREITAS CAYRES FILHO - Insc. 99.475-FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, sem prejuízos dos seus salários, até 31 de dezembro de 1978
Brasília, 17 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Autorizo
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 430.230/78
INTERESSADA: MARIA PEREIRA DOS SANTOS - Insc. 91.936-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

MARIA PEREIRA DOS SANTOS, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 91.936, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita dispensa de ponto, para participar da OPERAÇÃO REGIONAL DO PROJETO RONDON XXI, no Estado do Pará, no período de 03.07 a 05.08.78.

O Secretário de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período mencionado, nos termos do artigo 1º do referido Decreto, desde que comprove sua participação.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº:: 033.245/78
INTERESSADO: JOSÉ BERNARDINO CARNEIRO
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO

Senhor Governador:

Através do Of. nº 1.072/77, solicitou o Senhor Governador do Estado de Goiás fosse prorrogado o prazo de requisição do servidor JOSÉ BERNARDINO CARNEIRO, Médico-19-Psiquiatra, matrícula nº 106.411-08, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Fundamentado em parecer contrário do órgão empregador, Vossa Excelência negou a solicitação em despacho publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 112, de 15 de junho último.

No entanto, revendo seu parecer, a referida Fundação propõe seja autorizada a prorrogação solicitada, até 31 de dezembro de 1978, improrrogavelmente.

Isto posto, opino pela autorização sugerida, comunicando-se, a seguir, ao Estado de Goiás.
Brasília, 17 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo. Oficie-se.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 014.387/78
INTERESSADO: CORBAN DE DEUS E COSTA - Mat. 10.185
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO

Senhor Governador:

Em decorrência do constante na E.M. nº 30/78-SEA, expediu o O.E. nº 599/78-SEA, de 02 de junho último, em que solicitava o retorno, até 30 do mesmo mês, do servidor CORBAN DE DEUS E COSTA, Assistente de Administração, nível 18-B, matrícula nº 10.185, à disposição do Governo do Rio Grande do Sul, com ônus para a repartição de origem.

Através do Of. GG/SCC/SA, 245/78, de 22 de junho de 1978, o Senhor Governador daquele Estado solicitou fosse a permanência do referido servidor prorrogada, sem ônus para o Distrito Federal, a fim de que o mesmo passe ocupar cargo de confiança junto ao Escritório de Representação do Estado do Rio Grande do Sul, onde seus serviços são considerados relevantes.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja dada anuência ao solicitado, prorrogando até 31 de dezembro de 1978, o prazo de requisição do servidor CORBAN DE DEUS E COSTA, sem ônus para o Distrito Federal.
Brasília, 17 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 14.327/78
INTERESSADO: GUY DE FONTGALLAND CORRÊA DA SILVA LOUREIRO-Mat. 9.227
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, formulado pelo funcionário GUY DE FONTGALLAND CORRÊA DA SILVA LOUREIRO, Técnico de Administração, Classe "C", Código NS-715.7, matrícula nº 9.227.

O requerente faltou indevidamente ao serviço por tempo superior ao permitido em lei.

Todavia, por medida de economia processual, proponho a Vossa Excelência seja concedida a exoneração, a pedido.
Brasília, 24 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 14.405/78
INTERESSADO: ERNESTO DE MIRANDA NETO - Mat. nº 8.936-SAP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 121.856/78
INTERESSADO: JOSÉ JOAQUIM DE FIGUEIREDO FILHO - Mat 34.365-SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 14.041/78
INTERESSADA: MARLY DE OLIVEIRA GUEDES
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO

Senhor Governador:

MARLY DE OLIVEIRA GUEDES, servidora da Prefeitura Municipal de Petrópolis-RJ, se acha requisitada para o Distrito Federal.

Através do O.I. PR-215/78, de 22 de junho último, o Diretor-Presidente da Fundação do Serviço Social, solicita autorização para que o prazo da referida requisição seja prorrogado.

Ouvido o Secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, este pronunciou-se favoravelmente à prorrogação.

Assim, solicito seja oficiado à Prefeitura Municipal de Petrópolis solicitando seja o prazo de requisição da servidora em causa prorrogado, sem ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1978
Brasília, 14 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Oficie-se.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 012.776/78
INTERESSADO: ROSEVI BATISTA BENN - Insc. 80.211-FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO-FUNAI)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, com prejuízo dos seus salários, até 31 de dezembro de 1978
Brasília, 17 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 10.442/78
INTERESSADA: MARIA ISAMAR MAGALHÃES DE MOURA
Inscrição nº 84.852-CLT/FEDF
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR (Governo do Estado de São Paulo)

Senhor Governador:

MARIA ISAMAR MAGALHÃES DE MOURA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", incrição nº 84.852, da Fundação Educacional do Distrito Federal, se acha requisitada para o Estado de São Paulo, com ônus para o órgão de origem.

Através do Ofício DEG nº 306/78-CG, de 16 de maio último, o Senhor Governador daquele Estado solicita autorização para que o prazo da referida requisição seja prorrogado.

Ouvida a Fundação Educacional do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, esta pronunciou-se favoravelmente à prorrogação.

Assim, nos termos da E.M. 30/78-SEA, proponho a Vossa Excelência seja dada anuência ao solicitado, sem prejuízo dos seus salários, até 31 de dezembro de 1978.
Brasília, 12 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo. Comunique-se.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 12.848/78
INTERESSADO: MAYRA CRESTANI - Matrícula nº 3.361 - SEC
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pela interessada.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.
Brasília, 17 de julho de 1978
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 430.371/78-FEDF
INTERESSADA: MARIA AUGUSTA RIBEIRO - Insc. 94.799-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

MARIA AUGUSTA RIBEIRO, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 94.799, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita dispensa de ponto, para participar da OPERAÇÃO REGIONAL DO PROJETO RONDON XXI, no Estado do Pará, no período de 05 de julho a 05 de agosto de 1978.

O Secretário de Educação e Cultura, manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período referido, nos termos do artigo 1º do Decreto mencionado, desde que comprove sua participação.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto
De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 430.273/78
INTERESSADA: MARIA ABADIA PIERRE MORISSON DE ALMEIDA - Insc. 87.640
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

Trata o presente processo de solicitação de dispensa de ponto da servidora MARIA ABADIA PIERRE MORISSON DE ALMEIDA, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 87.640, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, para colaborar com a comissão organizadora do CAMPEONATO ESCOLAR BRASILEIRO DE HANDEBOL - NATAÇÃO; SALTOS ORNAMENTAIS E POLO AQUÁTICO, realizado de 1º a 19 de julho de 1978, em JOÃO PESSOA-PB.

A Secretaria de Educação e Cultura, manifestou-se favoravelmente, nos termos do art. 2º do Decreto nº 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja considerada a dispensa do ponto da servidora em questão, no período de 1º a 19 de julho de 1978, nos termos do artigo 1º do Decreto mencionado, desde que comprove o seu comparecimento.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 430.364/78
INTERESSADO: ONEIDE DE CARVALHO - Insc. 97.578-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

ONEIDE DE CARVALHO, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 97.578, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita dispensa de ponto, para participar da OPERAÇÃO REGIONAL DO PROJETO RONDON XXI, no Estado do Pará, no período de 05.07 a 05.08.78.

O Secretário de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período referido,

nos termos do artigo 1° do Decreto mencionado, desde que comprove sua participação.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSE MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 430.334/78
INTERESSADA: DEUZITA CAIXETA - Insc. 91.945-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:
DEUZITA CAIXETA, Professora de Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n° 91.945, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita dispensa de ponto para participar da OPERAÇÃO REGIONAL DO PROJETO RONDON XXI, no Estado do Pará no período de 05.07 a 05.08.78
O Secretário de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 2.814/74.
Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período referido, nos termos do artigo 1°, do Decreto mencionado desde que comprove sua participação.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSE MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 014.481/78
INTERESSADO: SÔNIA MODESTO PALMEIRA DE CASTRO - Mat. 3.569
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO
Senhor Governador:
Nos termos da E.M. n° 49/77-SEA, de 26.12.77, foi endereçado o O.E. n° 57/78-SEA, de 11.01.78 ao Senhor Governador do Estado de Goiás, onde se solicitava o retorno ao Distrito Federal da servidora SÔNIA MODESTO PALMEIRA DE CASTRO, Técnico em Assuntos Educacionais, Classe "A", Código NS-718.4, matrícula n° 3.569, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, até 31 do mesmo mês e ano.
Em 02 de maio de 1978, novo O.E. foi expedido, em aditamento ao primeiro, solicitando a apresentação da servidora até 31 daquele mês.
Como nenhuma resposta ou providência tivesse sido tomada com relação à devolução da requisitada foi o O.E. n° 643/78-SEA, de 13 de junho último, remetido ao Senhor Governador do Estado de Goiás, solicitando, mais uma vez, o retorno da servidora em causa, até 30 do mesmo mês, nos termos da E.M. n° 30/78-SEA, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 99, de 29 de maio de 1978.
Sem fazer qualquer referência aos chamamentos feitos pela Administração, aqui chegou o ofício n° 513/78, de 27 de junho do corrente ano, em que o Senhor Governador do referido Estado solicita seja o prazo de permanência da servidora prorrogado até 31 de dezembro de 1978, com todos os direitos e vantagens do cargo.
Isto posto, submeto a solicitação em causa à elevada consideração de Vossa Excelência.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSE MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

Solicitar o retorno, por carência de técnicos nesta categoria.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 430.229/78
INTERESSADA: LEDA BARBOSA DA SILVA - INSC 94.895-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:
LEDA BARBOSA DA SILVA, Professora de Ensino de 1°. e 2° Graus, Classe "A", inscrição n° 94.895, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita dispensa de ponto, para participar da OPERAÇÃO REGIONAL DO PROJETO RONDON XXI, no Estado do Pará, no período de 05.07 a 05.08.78.
O Secretário de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 2.814/74.
Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período referido, nos termos do artigo 1° do Decreto mencionado, desde que comprove sua participação.
Brasília, 21 de julho de 1978
JOSE MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 022.018/75
INTERESSADA: RUTH DOS SANTOS RODRIGUES - Matr. 5.532
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador

Através de Decreto de 21 de julho de 1975, publicado no "Distrito Federal" n° 110, de 24 de julho do mesmo ano, RUTH DOS SANTOS RODRIGUES, Telefonista, nível 7-B, matrícula n° 5.532, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, foi aposentada nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da Constituição da República Federativa do Brasil.
Encaminhado o processo ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para fins de julgamento, esse determinou em sessão realizada em 23 de novembro de 1976, fosse o mesmo baixado em diligência de acordo com o parecer da Procuradoria Geral, às fls. 28.
Em 10 de fevereiro de 1977, encaminhei o processo à Supervisão de Processos Administrativos, solicitando a abertura de Processo Especial, para apurar acidente em serviço, conforme ofício do TCDF.
No presente Processo Especial, todas as apurações necessárias ao julgamento do fato foram realizadas, ficando caracterizado que o diagnóstico da doença que motivou a aposentadoria da requerente, conforme o O.I. n° 20/78, de 14 de fevereiro de 1978, da Divisão de Serviços Médicos, da Coordenação do Sistema de Pessoal-SEA, tem relação de causa e efeito com o acidente ocorrido no exercício normal de suas funções.

Diante do exposto, sugiro a Vossa Excelência seja retificado o ato acima mencionado para considerar essa aposentadoria nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra "b", da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei n° 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, letra "b", da Constituição da República Federativa do Brasil.
Brasília, 13 de julho de 1978
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 24 de julho de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

GABINETE CIVIL

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Atos do Diretor

ORDEM DE SE SERVIÇO N° 072/78 DE 20 DE JULHO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 7° do capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

1) Alterar a Ordem de Serviço n° 069/78, de 03 de julho de 1978, com base no Decreto n° 4.243, de 14 de julho de 1978, publicado no DO DF, n° 137, de 20 de julho de 1978, que aprovou a alteração da 3ª Cota Trimestral de 1978;

2) Autorizar a Seção Financeira, deste Departamento, a movimentar os valores correspondentes aos Elementos de Despesas constantes do quadro, em anexo, referentes ao 3° trimestre do corrente exercício, conforme dispõe o Decreto n° 4.016, de 29 de dezembro de 1977.
Brasília, 20 de julho de 1978

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 072/78 - DE 20.07.78

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA

CÓDIGO	ATIVIDADES E ELEMENTOS	SITUAÇÃO		TOTAL
		ANTERIOR	ATUAL	
2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DETUR			
	- PESSOAL CIVIL E ENCARGOS SOCIAIS	2.506.057	3.280.205	3.280.205
	- OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
	3.1.2.0 - Material de Consumo	345.752	352.107	
	3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	400.000	777.267	
	3.1.4.0 - Encargos Diversos	3.500	11.500	
	3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	34.624	
	4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	64.000	146.136	
	4.1.4.0 - Material Permanente	-	27.568	1.349.202
2.005	PROMOÇÕES E DIVULGAÇÕES TURÍSTICAS DO DF			
	- OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
	3.1.4.0 - Encargos Diversos	1.000.000	1.003.591	1.003.591
	TOTAL GERAL.....	4.319.309	5.632.998	5.632.998

LM/lm.

Umberto Borges Pereira Malatesta
Chefe da Seção Financeira
SDF DETUR

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 20 DE JULHO DE 1978

O SECRETARIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Cláusula Oitava do Contrato celebrado em 09.03.78, entre o Distrito Federal e a firma IBM do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., objetivando a manutenção e assistência técnica das máquinas IBM, instaladas na Secretaria do Governo,

RESOLVE:

Designar JOSE GERALDO LAGO, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, símbolo FC-06, matrícula n°. 1410, Executor do referido Contrato, cabendo-lhe fiscalizar e atestar a normal execução dos serviços.

Brasília, 20 de julho de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE JULHO DE 1978

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 21, Inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto n° 2.287, de 12 de junho de 1973, combinado com o disposto no Artigo 12, Inciso I do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

1° - DESIGNAR o servidor RAIMUNDO AMARO NETO, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula n° 143, Executor dos Termos de Ocupações, celebrados entre o Distrito Federal e os Senhores RAIMUNDO NONATO LOPES CABRAL, ANTONIO

JOSÉ DE ARAÚJO, MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SOUZA e DINA BRAZ DE OLIVEIRA, objetivando a ocupação dos boxes nºs. A-22, A-13, C-23 e C-19, respectivamente, cabendo-lhe, supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 20 de julho de 1978
JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1978

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso da delegação de competência estabelecida no Inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 2.755 de 25.10.74,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a" do Artigo 21 do Decreto nº 2.951, de 22.07.75, o servidor HELDER SOARES DE ÁVILA, Agente Administrativo, Classe "B", Código: SA-401.3, matrícula 9.661 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Arquivo Técnico, Símbolo FC-06; da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras desta Administração, no período de 27.07 a 25.08.1978, por motivo de férias do titular.

Núcleo Bandeirante, 24 de julho de 1978
JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 7º do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma dos quadros anexos, os valores destacados pela Ordem de Serviço de 03.07.78.

Gama-DF, 24 de julho de 1978
ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1978.
TRIMESTRE: 3º (TERCEIRO).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA - DAG - RA-II.		
ATIVIDADE/PROJETO	SITUAÇÃO	
	ATUAL	NOVA
1.019 - Urbanização da Região Administrativa do Gama. 4.1.1.0 - Obras Públicas.....	3.319.143,00	4.870.554,00
TOTAL.....	3.319.143,00	4.870.554,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1978.
TRIMESTRE: 3º (TERCEIRO)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM - SEA.		
ATIVIDADE/PROJETO	SITUAÇÃO	
	ATUAL	NOVA
2.014 - Manutenção das Atividades da Administração Regional do Gama. 4.1.4.0 - Material Permanente.....	-	17.178,00
TOTAL.....		17.178,00

Raimundo [illegible] da Silva
Chefe da Seção Financeira

Antônio Valmir Campelo Bezerra
Administrador Regional do Gama

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLANDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLANDIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 52, do Decreto nº. 1703 de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº. 1850 de 17 de novembro de 1971,

RESOLVE:

Designar LUIZ FERNANDO DINIZ BORGES, Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula nº. 12.808; JOAQUIM MILITÃO DE OLIVEIRA, matrícula 02.648, Chefe da Seção Financeira e ALBERICO ANTUNES DE OLIVEIRA, matrícula nº. 16.014, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, todos desta Administração Regional, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão encarregada de promover e julgar a licitação que trata o processo nº. 196.179/78.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Brazlândia-DF, 21 de julho de 1978.

FULVIO ANTONIO MACHADO DE AVILA

Administrador Regional de Brazlândia
(Substituto)

DESPACHO

PROCESSO Nº.: 198.119/78
INTERESSADO: Divisão de Obras/RA-IV.
ASSUNTO: P. P nº. 044/78.
REF.: Convite nº. 018/78-RA-IV.

DESPACHO:

Tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1703 de 31/05/71 ratificado pelo Decreto nº. 1850 de 17/11/71, e, com base no parecer da Comissão de Licitação, homologo o resultado do convite nº. 018/78-RA-IV.

Encaminhe-se a Seção Financeira desta A-R, para as providências complementares.

Brasília-DF, 19 de julho de 1978

LUIZ FERNANDO DINIZ BORGES
Divisão de Administração Geral-AR-IV
Diretor

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 236.291/78
INTERESSADO: SEC — ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
ASSUNTO.....: REALIZAÇÃO DE DESPESA — Aquisição de Materiais para Reparo e Adaptação de Prédios Escolares de Primeiro Grau, da Secretaria de Educação e Cultura..

DESPACHO...: A Comissão designada pela Ordem de Serviço nº 41/78-RA VI, de 06 de junho de 1.978, após análise das propostas apresentadas pelas firmas participantes na licitação realizada através do Convite nº 17/78-CL/RA VI e conforme apuração no Mapa de Resultado, resolve adjudicar o fornecimento dos materiais na forma seguinte:

SEBBA S/A - Comércio e Indústria

ITEM	QUANT.	P.UNITÁRIO	TOTAL
01	50	681,00	34.050,00
08	250	20,40	5.100,00

MORAES & CIA LTDA

ITEM	QUANT.	P.UNITÁRIO	TOTAL
02	100	388,00	38.800,00
03	50	125,00	6.250,00
06	50	108,00	5.400,00

A CONSTRUTIVA - Materiais de Construção Ltda

ITEM	QUANT.	P.UNITÁRIO	TOTAL
04	25	94,70	2.367,50

CASA LOPES DE FERRAGENS LTDA

ITEM	QUANT.	P.UNITÁRIO	TOTAL
05	50	72,50	3.625,00
07	20	17,50	350,00
		Total: Cr$	95.942,50

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral da SEC, para, através de sua Seção Competente, proceder a emissão do empenho.

Planaltina,DF., 15 de junho de 1978
MARIA RITA ALVES GUIMARAES
Presidente da Comissão
FRABRICIO LEITAO ANDRADE
Membro
SILVIO DE CASTRO
Membro
JANIR NUNES FERREIRA
Membro

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1978

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso da delegação de competência estabelecida no inciso III do artigo 1º do Decreto nº 2755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975, WALDIR RIBEIRO DOS SANTOS, Agente de Serviços de Engenharia - Código NM 808.1, matrícula nº 14.069, para substituir no período de 21.07.78 a 04.08.78, o Chefe da Seção de Topografia, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, desta Administração, da Secretaria do Governo, do Distrito Federal, por motivo de licença para tratamento de saúde.

Brasília-DF, 24 de julho de 1978

Prof. OLYMPIO BARBOSA FILHO
Administrador do SRIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1978

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INSDUSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso da delegação de competência estabelecida no inciso III do artigo 1º do Decreto nº 2755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975, JOÃO DA SILVA CARVALHO, Agente Administrativo, Classe "B", Código SA-401.3, matrícula nº 14.916, para substituir no período de 28.07.78 a 12.08.78, o Chefe da Seção de Arquivo Técnico, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por motivo de licença para tratamento de saúde.

Brasília-DF., 24 de julho de 1978
Prof. OLYMPIO BARBOSA FILHO
Administrador do SRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 15 DE 25 DE JULHO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do Artigo 7º, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira no exercício de 1978, aprovadas pelo Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977.

RESOLVE:

Alterar na forma do quadro anexo, o destaque a que se refere a PORTARIA nº 14, de 21 de julho de 1978.

Brasília, 25 de julho de 1978

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Secretário de Administração Substituto

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 15 DE 25 DE julho DE 1 97?

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS - CSP - SEA

ATIVIDADES / ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SEA 2.030 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		
Pessoal e Encargos Sociais	14.391.571,00	14.391.571,00

PORTARIA DE 24 DE JULHO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o funcionário EDISON BUENO COSTA, Engenheiro, Classe "C", Código NS-710.7, matrícula nº 4.469, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para executor do Contrato de Empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal através da Secretaria de Administração e a firma SOMARE - Engenharia e Comércio e Indústria Ltda., em 20.07.78, objetivando a execução de serviços de impermeabilização da laje de cobertura do Posto de Abastecimento Lavagem e Lubrificação da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, localizado na Quadra 04 (Quatro), lote nº 11, do Setor de Garagens Oficiais Norte.

Brasília, 24 de julho de 1978

JOSE MARIA RABELO PEREIRA

Secretário de Administração Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 05/78-SSS, DE 24 DE JULHO DE 1978

O SECRETARIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Capítulo II, do Artigo 7º., das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, no exercício de 1978, estabelecidas pelo Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, e tendo em vista o Decreto nº 4.243, de 14 de julho de 1978,

RESOLVE:

Ficam alterados na forma dos Quadros anexos, os destaques a que se refere a Portaria nº 04/78-SSS, de 05 de julho de 1978, face ao que dispõe o Artigo 1º do Decreto nº 4.243, de 14 de julho de 1978.

Distrito Federal, 24 de julho de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 05/78-SSS, DE 24 DE JULHO DE 1.978 QUADRO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	:	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DF.	
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	:	Divisão de Cadastro Financeiro - CSP/SEA	
PROJETO E / OU ATIVIDADE	ELEMENTO	VALOR	VALOR
SSS/ 2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais			
		SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
	- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.400.000,00	3.600.000,00
	S O M A	3.400.000,00	3.600.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 05/78-SSS, DE 24 DE JULHO DE 1.978 QUADRO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	:	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DF	
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	:	Divisão de Programação e Controle - CSM/SEA	
PROJETO E / OU ATIVIDADE	ELEMENTO	VALOR	VALOR
SSS/ 2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais			
		SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
	3.1.2.0 - Material de Consumo	10.000,00	49.225,00
	4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	20.000,00	164.608,00
	4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE	-	13.622,00
	S O M A	30.000,00	227.455,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 05/78-SSS, DE 24 DE JULHO DE 1.978

QUADRO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	:	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DF.	
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	:	Seção de Orçamento e Finanças - DAG/SSS	
PROJETO E / OU ATIVIDADE	ELEMENTO	VALOR	VALOR
SSS/ 2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais			
		SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
	3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	193.000,00	302.386,00
	3.1.4.0 - Encargos Diversos	40.000,00	65.000,00
SSS/ 2.046 - Subvenções à Entidades Privadas			
	3.2.1.5 - Instituições Privadas	210.000,00	227.000,00
SSS/ 1.094 - Apoio à Entidades Sociais e Desen. Comunit.			
	3.1.4.0 - Encargos Diversos	50.000,00	100.000,00
	3.2.7.9 - Diversas	950.000,00	1.429.000,00
SSS/ 1.097 - Treinamento e Encaminhamento Profissional			
	3.2.7.9 - Diversas	527.000,00	979.000,00
	S O M A	1.970.000,00	3.102.386,00

SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DAG SSS

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

PROFLORA S/A-FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 5ª REUNIAO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PROFLORA S/A — FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 1978

As 09:00 (nove) horas do dia 19 (dezenove) de julho de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), realizou-se no Gabinete do Presidente da PROFLORA S/A — Florestamento e Reflorestamento, situada no SCLN-302, Bloco "A", Entrada 45, 1º andar, em Brasília, Distrito Federal, a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da referida Empresa. Aberta a sessão sob a presidência do Dr. CARLOS NEVES GALLUF, presentes os Conselheiros, MILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA, JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA, HÉLCIO BARBOSA DE CASTRO e RENATO ARAÚJO SAMPAIO, foi lida e aprovada a Ata anterior, passando-se em seguida ao exame dos assuntos relacionados na pauta dos trabalhos, a saber: 1º) Com a palavra o Sr. Presidente declarou que em cumprimento a deliberação do Conselho, em sua 1ª Reunião Extraordinária realizada em 22 de maio de 1978, o engenheiro JOSÉ CAVALCANTI RODRIGUES, estava no exercício pleno do mandato que lhe fora conferido pelo Conselho de Administração, satisfeitas que foram todas as exigências de carater administrativo decorrentes do exercício de tais cargos. 2º) ASSUNTO: Verbalmente, o Presidente do Conselho de Administração solicitou licença para tratar de assuntos particulares. O Conselho atendeu o pleito, autorizando a licença a partir da data solicitada, isto é, a partir de 21 de julho de 1978, podendo reassumir no momento que desejar. Na mesma oportunidade, o Conselho de Administração reunido, por unanimidade aprovou a indicação do Dr. MILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA, para assumir durante o impedimento do titular a Presidência do Conselho de Administração. Ficou decidido que seria convocado o Conselheiro Suplente Dr. HOMERO DO FERRO VALLE. Comunicou ainda o Dr. Presidente que nos termos do Artigo 20, Parágrafo 1º do Estatuto, designou o Diretor Administrativo e Financeiro Dr. RENATO ARAÚJO SAMPAIO, para substituí-lo em suas funções no período em que estiver ausente. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Presidente. encerrada a sessão sendo convocada uma reunião extraordinária para o próximo dia 24 do corrente mês, às 09:00 (nove) horas e lavrada a presente Ata que vai assinada por mim MARIA LÚCIA DA COSTA COELHO, Secretária do Conselho e pelos Conselheiros presentes.

Brasília (DF), 19 de julho de 1978

CARLOS NEVES GALLUF; Presidente - MILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA; JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA; HÉLCIO BARBOSA DE CASTRO; RENATO ARAÚJO SAMPAIO

DIRETORIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 1978

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), na Sede da Empresa à SCLN-302, Bloco "A", Entrada 45, às dez horas, realizou-se a sessão ordinária da Diretoria da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, sob a Presidência do economista RENATO ARAÚJO SAMPAIO, Diretor Administrativo e Financeiro, no exercício da Presidência, em virtude da licença concedida pelo Conselho de Administração, ao Presidente efetivo, CARLOS NEVES GALLUF, em reunião da 5ª Extraordinária do Conselho de Administração de julho de 1978. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente declarou que a firma AGRIPEC-Agricultura, Paisagismo e Urbanização, participante da Concorrência

001/78, referente à execução dos serviços globais da implantação dos Projetos PROFLORA IV e IV-A, não obstante declaração expressa de submissão às condições do Edital, depois de conhecer o resultado da classificação, na qual ficou em terceiro lugar, não só em razão de preço mais alto, mais ainda, pelos pontos a mais obtidos pelos concorrentes em razão do melhor plano de trabalho, da melhor equipe técnica e da maior experiência e/ou serviços realizados, recorreu de tal decisão e pleiteou anulação do Edital. Informou ainda o Presidente, RENATO ARAUJO SAMPAIO que após o despacho denegatório bem fundamentado do Presidente da Comissão de Licitação, o advogado da AGRIPEC recorreu à Diretoria que, por seu turno, não acolheu o recurso por considerá-lo inocuo. Prosseguindo em sua exposição o Sr. Presidente acentou que após demorado exame da matéria, e tendo em conta o fato de que o Edital e a própria legislação permitem a anulação da Concorrência, sem que assista a qualquer participante, o direito a indenização, e, considerando, ainda, sobretudo o interesse maior da PROFLORA e do Governo do Distrito Federal, pois a persistirem tais manifestações e os recursos protelatórios da AGRIPEC teremos, necessáriamente, que lhe dispensar a devida atenção, o que significará o retardamento do início dos serviços em, no mínimo, cinquenta dias, ou seja: prazo para novo edital, oito dias mais, trinta e oito a dez dias para conclusão e assinatura de contrato. Nessas condições perderíamos o ano agrícola e os Projetos somente seriam implantados em 1979. Nessas condições, concluiu o Presidente em exercício, proponho **a anulação da concorrência e sua adjudicação, independente de licitação**, à firma vencedora da Concorrência 001/78, Planta 7, por ter sido a que ofereceu preço mais baixo, além de apresentar plano e condições de execução melhores, dada a sua excepcional experiência, conforme atestado do IBDF, CODEVASF, PETROBRÁS, etc. A Diretoria aprovou por unanimidade essa proposta da Presidência, resolvendo, ainda submetê-la à apreciação do Conselho de Administração e ao alto conhecimento e aprovação do Excelentíssimo Senhor Governador ELMO SEREJO FARIAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual para constar, eu MARIA LUCIA DA COSTA COELHO, designada secretária lavrei a presente Ata.

Brasília (DF), 21 de julho de 1978

RENATO ARAÚJO SAMPAIO-Diretor Presidente em Exercício; JOSÉ CAVALCANTI RODRIGUES

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 1662ª. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 13 dias do mês de julho de 1978, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros Geraldo Ferraz, Heraclio Salles e Raul Soares da Silveira, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, a Procuradora-Geral Dra. Elvia Lordello Castello Branco e o Procurador Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro José Wamberto, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1661ª. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário as seguintes matérias:

— Minutas das Resoluções de N°s. 2 e 3, desta data, decorrentes da decisão prolatada no processo n°. 1395/78 apreciado na 251ª. Sessão Especial, de 05 do corrente. — O Tribunal aprovou as minutas com a redação final que lhes foi dada em Plenário.

— Processo n°. 1234/78 — Representação n°. 82/78-DGA sobre o estado atual das viaturas do Tribunal, a que se juntou a de n°. 146/78-DGA, contendo esclarecimentos do Diretor-Geral de Administração a respeito do cumprimento da decisão proferida pela Corte em sessão especial, de 05 do mês em curso. — O Tribunal, ratificando sua decisão, autorizou a emissão das competentes notas de empenho.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO N°. 140/78 — Reforma do policial Antônio Monteiro. — Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma.

PROCESSO N°. 1005/77 — Termo de renovação do convênio celebrado a 18/03/77 entre o Distrito Federal e a Fundação Educacional do Distrito Federal, tendo por objeto a execução, pela segunda para o primeiro, das metas 02 e 03 do Plano de Aplicação dos recursos do Salário-Educação — Quota Estadual, exercício de 1977. — O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO N°. 308/78 — Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a firma Construtora Eldorado Ltda., objetivando a execução de duas escolas classes e suas urbanizações, bem como a urbanização de duas praças situadas na Ceilândia. — O Tribunal decidiu: a) relevar a falha apontada na informação de fls. 225/227, dispensando as providências ali sugeridas; b) tomar conhecimento do contrato e considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO N°. 905/78 — Aposentadoria do servidor José Henrique da Silva;

PROCESSO N°. 1061/78 — Aposentadoria do servidor João Camelo da Silva.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO N°. 1551/78 — Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a firma Construtora Dias Ltda., objetivando a execução dos serviços de urbanização do Parque de Recreação e Desportivo da EPNM 12/14 em Ceilândia;

PROCESSO N°. 1736/78 — Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), tendo como interveniente a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), objetivando a prestação de serviços de processamento de dados e assistência técnica.

— O Tribunal tomou conhecimento dos pactos e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HERACLIO SALLES

PROCESSO N°. 219/78 — Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a firma SENAP — Engenharia e Comércio Ltda., objetivando a construção de uma escola classe e sua urbanização, bem como a urbanização de uma praça situada na Ceilândia. — O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO N°. 882/78 — Aposentadoria do servidor Alair Nunes da Rocha;

PROCESSO N°. 1054/78 — Aposentadoria do servidor Luiz Rodrigues Ramos;

PROCESSO N°. 1065/78 — Aposentadoria do servidor Vidal José da Cunha.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO N°. 1768/78 — Nota de empenho n°. 250/78-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana. — O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO N°. 691/77 — Atas das reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, realizadas no mês de março de 1977, a que se juntou recurso interposto pelo Diretor do DETRAN contra decisão da Corte prolatada na 1585ª. Sessão Ordinária, de 11 de agosto de 1977. — O Tribunal decidiu conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do seguinte voto do Relator:

"No presente processo, recorre o Senhor Diretor-Geral do DETRAN-DF da multa que lhe foi imposta por esta Corte em sessão de 11 de agosto de 1977, apresentando razões que se encontram na extensa peça de fls. 125 **usque** 132, reforçadas por numerosos documentos pertinentes aos variados aspectos do pedido, aos quais se juntaram outros tantos resultantes de três inspeções realizadas pelo nosso órgão próprio.

Preliminarmente, é de assinalar-se que o Recorrente atendeu às duas condições estabelecidas pelo Ato Regimental n°. 7, recolhendo antes o valor da multa — visto que os recursos de decisões deste Tribunal têm efeito meramente devolutivo — e fazendo presente o pedido de reconsideração no prazo de 30 dias, contados a partir da data em que foi cientificado, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, da decisão recorrida.

Para chegar a essa decisão, abandonou esta Corte o parecer firmado pelo Sr. Inspetor-Geral (fls. 108/9), que considerava satisfatórios os esclarecimentos prestados pelo Senhor Diretor-Geral do DETRAN, e cedeu à força dos argumentos oferecidos pelo douto Relator, no sólido voto de fls. 118/121, a saber:

a) o problema técnico (utilização em computador), que levava o Recorrente à aquisição de formulários destituídos das especificações oficiais, deveria ter sido apresentado previamente ao CONTRAN, para que se providenciasse a necessária alteração das normas legais relativas à matéria;
b) deixando de fazê-lo, o **Detran** desrespeitava flagrantemente as especificações exigidas, promovendo a confecção dos documentos a seu cargo sem a impressão em **talho doce** e alterando, de **amarelo** para **azul claro**, a cor da Carteira Nacional de Habilitação;
c) por iniciativa do CONTRAN, já o Governo Federal — prevendo a necessidade da utilização de computadores em todo o País — baixara o Decreto 72.752, de 06 de setembro de 1973, alterando os modelos da CNH e do CRV sem prejuízo das características de uniformidade;
d) a simples alteração da cor da CNH, pelo DETRAN-DF, quebrou a uniformidade preconizada pelo Código Nacional de Trânsito, no qual se impõe que tal documento "obedecerá a modelo único";
e) o argumento de que todo o material adquirido — 500 mil formulários — será utilizado no teste do sistema e de sua listagem, e ainda para cópias dos documentos a arquivar, apresenta-se frágil por duas razões: em primeiro lugar, os testes e as cópias consumiriam quantidade relativamente pequena; e em segundo, para tais fins seria igualmente adequado o papel da AGGS, oferecido por menor preço.

Ainda hoje, apesar dos esclarecimentos prontamente fornecidos a esta Corte pelo Recorrente e que desde logo firmaram o nosso digno Inspetor-Geral em posição diversa, possivelmente repetiria eu o voto que proferi verbalmente para acompanhar o ilustre Relator na proposição da multa. Posta a questão em tais termos, e sopesados os fatos tal como se apresentaram ao espírito sempre sereno de sua Excelência, não havia como fugir a duas conclusões básicas — fundamentos da decisão recorrida: 1 — o Recorrente agiu precipitadamente na aquisição de material inadequado, em face das especificações que lhe eram impostas pela legislação do trânsito, tornando-se responsável pela quebra da uniformidade da Carteira Nacional de Habilitação e expondo, por conseguinte, seus portadores, ao risco da apreensão do documento quando saíssem as linhas lindeiras do Distrito Federal; 2 — esse fato fundamental passou a interessar ao controle externo, autorizando esta Corte a agir nos limites de sua jurisdição e competência, quando se verifica haver resultado, de sua ocorrência, prejuízo para os cofres públicos — que a tanto poderia corresponder a diferença considerável de preço entre o material adquirido e o que foi recusado.

Creio ter reduzido ao essencial, sem prejuízo dos elementos secundários mas relevantes em si mesmos, as irregularidades imputadas ao Recorrente. E não creio tenha havido ato administrativo, inquinado de irregular, que fosse tão severamente dissecado pelo trabalho, pelo espírito público e pelo ânimo específico do controle de nossos órgãos técnicos. Sem contar a instrução completa do Processo, a partir da apreciação das Atas da Junta de Controle do DETRAN (nas quais se faziam as primeiras referências aos fatos) e até as peças de análise que precederam a decisão de que ora se recorre, nossa Inspetoria-Geral lançou-se ao exame minucioso dos fatos novos expostos no Recurso e, para melhor esclarecê-los, submeteu a administração do DETRAN a nada menos que três inspeções sucessivas, **in loco**, uma na Secretaria de Segurança Pública, a cuja estrutura estivera integrado o Departamento de Trânsito, e duas na própria Autarquia, da qual foram carreados ao longo de três meses os numerosos documentos juntados aos autos. Dessas inspeções, foram encarregadas pessoalmente a própria Chefe da 1ª. Inspetoria Seccional, Dra. Marli Papadópolis; e a Assistente Jurídica da Inspetoria, Dra. Elza da Silva Guimarães, cuja competência e severidade de comportamento estamos habituados a testemunhar ante as peças de instrução que de ambas recebemos nos processos que integram rotineiramente a pauta dos nossos trabalhos em Plenário.

Da oportunidade da aquisição — Examinemos, agora à luz dos novos esclarecimentos trazidos aos autos, a primeira imputação que se fez ao Recorrente, qual seja a de haver agido precipitadamente na aquisição de

material destinado à confecção da CNH e do CRV, sem as especificações oficiais. Responsável pela continuidade de execução de convênios firmados para a implantação, no Distrito Federal, de um sistema pioneiro de processamento eletrônico, com o primeiro dos quais — de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança — comprometera o Governo em fins de 1976 recursos da ordem de Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), que se elevaram em fevereiro do ano próximo passado a Cr$ 2.680.080,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil e oitenta cruzeiros), a Diretoria do DETRAN procurou conciliar a urgência das medidas administrativas a tomar (a implantação do sistema pioneiro estava prevista para o início de 1977) com as prescrições contidas na Resolução nº. 498/75 do CONTRAN, as quais podem ser resumidas na exclusividade concedida à **Casa da Moeda do Brasil** para confecção dos documentos constantes de três anexos do Regulamento Nacional de Trânsito.

Para isto e por isto, em novembro de 1976 foi ao Rio o analista de sistema, e assessor do Diretor-Geral do DETRAN, Sr. João de Ávila e Silva, constatando que a **Casa da Moeda do Brasil** se deparava com sérios problemas técnicos a resolver, de modo a compatibilizar o seu trabalho exclusivo com a nova realidade do material exigido pelo processamento eletrônico. Para exemplificar: ao serem confeccionados em formulário contínuo e **talho doce**, ultrapassaram os referidos documentos as medidas-padrão em virtude da alta pressão exercida sobre o papel já impresso em **off-set**, alargando-se e alterando as dimensões originais. Além desse alargamento, que tornaria os documentos imprestáveis, apresentava-se o problema da colagem das páginas, pois o **talho doce** somente poderia ser executado em formulário plano ficando a furação da remalina (parte destinada ao arrasto do papel pela máquina) destorcida em relação ao alinhamento dos espaços destinados a impressão. Sem embargo, a administração da CMB, por um dos seus elementos representativos, afirmou ao enviado do DETRAN-DF que entre os dias 15 e 18 de janeiro de 1977, isto é, quando estava previsto o início do funcionamento do sistema de processamento eletrônico, tais problemas já teriam sido resolvidos e estariam prontos os formulários, bastando que lhe fosse enviado o respectivo pedido por escrito.

Confiando na afirmativa, o emissário providenciou desde logo a retirada do material necessário à elaboração dos programas de computação, à organização dos arquivos de saída para os documentos e á feitura dos programas da máquina de corte dos formulários e assinatura mecânica destes, após sua emissão pelo computador. Destinavam-se tais formulários, ainda que imperfeitos, à obtenção de informações necessárias à confecção de **lay outs** e programas.

De retorno a Brasília expôs o emissário (note-se que se tratava de um técnico, de um analista de sistemas) os fatos ao Recorrente, que nos primeiros dias de dezembro — o expediente respectivo é datado do dia 10 desse mês e se encontra à fl. 68 — encaminhava à Casa da Moeda a solicitação oficial, recomendada. No curso dos meses de janeiro e fevereiro, conforme se verifica de documentos compulsáveis às fls. 61 e 62, foram feitos 8 (oito) telefonemas interurbanos para o Rio de Janeiro, com o objetivo de obter-se uma explicação para a demora. A **Casa da Moeda**, que afirmava estar em condições de atender ao pedido entre 15 e 18 de janeiro, acabou comunicando (fl. 57) que os testes — dos quais dependeria a verificação de terem sido ou não removidos os obstáculos técnicos à confecção dos formulários — não seriam retomados antes de abril, pois a empresa, até lá, estaria empenhada, única e exclusivamente, na confecção dos **Certificados de Recolhimento Restituível**, popularmente conhecidos como **simonetas** por terem sido encomendados, em caráter prioritário, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, como solução — que acabou sendo abandonada, apesar de já impressos os CRRs — para o problema do preço e do fornecimento de gasolina.

Ante o impasse — ressalte-se mais uma vez que o início do funcionamento do processamento eletrônico estava previsto para o início de janeiro, em razão de compromisso decorrente dos mencionados convênios com a CODEPLAN e com a Universidade de Brasília — o Recorrente tentou uma segunda abertura, determinando ao mesmo técnico-assessor que se comunicasse com o CONTRAN, "para informar ao digno colegiado da situação detectada, bem como para que fosse encontrada solução para o problema" pela via normal. Diligenciou o Sr. João de Ávila e Silva o cumprimento da determinação (fl. 57), não conseguindo contato nem com o Sr. Presidente do CONTRAN nem com qualquer de seus assessores, todos ausentes de Brasília, em viagem.

Informado da impraticabilidade da consulta ao CONTRAN, que teria competência para indicar outra solução, deparou-se o Recorrente com novo problema: pelo mesmo assessor foi informado de que, além do retardamento da implantação do sistema de processamento eletrônico, o DETRAN corria o risco de, em curtíssimo prazo, ficar sem condições de atender à demanda das CNH e dos CRV, pois o material disponível em estoque, para a confecção desses documentos no sistema convencional, se achava em seu "nível mínimo", esgotável em prazo que se estimava entre 30 e 40 dias (54/60).

Decidiu, então, o Recorrente, depois de reunir a Diretoria, autorizar o procedimento licitatório que mereceu reparos da Junta de Controle e deu início ao presente Processo, já havendo merecido, entretanto, inclusive no Voto do Dr. Raimundo Vieira, pronunciamento favorável desta Corte.

Terá havido precipitação? No severo relatório firmado pela Assistente Técnica da Inspetoria-Geral, Dra. Elza da Silva Guimarães, propõe-se, como alternativa de decisão (que examinarei adiante quando tratar do problema de direito), o reconhecimento da **responsabilidade objetiva** e da **culpa in eligendo**. O Recorrente, se precipitação houve, agiu no interesse da Administração e no interesse público, respaldado em pronunciamento unânime da Diretoria (fl. 146) e estribado em informação escrita de seu assessor técnico.

Do prejuízo — Trato agora, ainda em termos de fato, do segundo argumento fundamental do excelente Voto do Relator, que conduziu esta Corte à decisão recorrida. Com a costumeira lucidez e precisão, sustenta Sua Excelência que toda transgressão à lei, seja financeira ou não, interessa ao controle externo na medida em que dela decorra prejuízo para os cofres públicos. Assim entendo. Mas, por assim entender, indago, segundo o velho e sempre novo método da filosofia tomista, procurando distinguir entre conceitos ou fatos para selecionar o verdadeiro: da decisão do Recorrente, conhecidos os elementos novos carreados para o Processo, decorreu para os cofres do Distrito Federal algum prejuízo? Adotamos ainda um velho e eterno método, adotado por Léon Blum, que consistia na pergunta fundamental — **de quoi s'agit-il?** — volto a indagar: de que se trata?

Trata-se da decisão, tomada nas circunstâncias descritas, de que resultou a compra de formulários que custaram ao DETRAN Cr$ 379.500,00 (trezentos e setenta e nove mil e quinhentos cruzeiros), com abandono de outros que custariam apenas Cr$ 116.016,00 (cento e dezesseis mil e dezesseis cruzeiros). A diferença entre esses dois preços, realmente considerável, consistiria no prejuízo que autorizaria esta Corte, nos limites de sua competência, a apreciar a possível transgressão a uma norma de caráter meramente administrativo.

Mas de que se trata? Trata-se da diferença entre preços cotados por duas firmas que concorreram a licitação determinada pelo Recorrente, tão logo lhe foi informado pelo já citado assessor técnico de que os estoques de documentos, mesmo para emissão manual de CNH e CRV, se achavam em seu nível mínimo, além da necessidade de completar-se o sistema de processamento eletrônico de dados com o material definitivo para testes de impressão a máquina. Procedeu-se regularmente a publicação de Edital de Tomada de Preços, comparecendo uma firma denominada **CONTINAC S/A**, que ofereceu proposta com observância de todas as especificações do Edital; e outra, que se identifica pelo nome **AGGS Indústrias Gráficas S/A** (fls. 14 e 15), cuja proposta — apresentada por ela própria como mera opção eventual — não atendia a nenhuma das exigências do mesmo Edital, nem quanto à qualidade do papel nem em relação ao prazo de entrega dos formulários.

Desclassificada esta segunda firma, que por não corresponder às especificações oferecia preço muito menor, adjudicou-se a compra à primeira, em procedimento cuja legalidade foi reconhecida por esta Corte, na mesma sessão em que decidiu impor multa ao Recorrente.

Não há, portanto, a meu ver, como falar em prejuízo, nem mesmo por equivalência.

Prejuízo, ao contrário, teria havido, além da ilegalidade do acolhimento de proposta em desacordo absoluto com o Edital, se fosse adjudicada à segunda firma a compra de formulários inaproveitáveis: as especificações divulgadas visavam a atender, além dos riscos que resultariam do esgotamento dos estoques de modelos convencionais, as exigências técnicas do sistema de processamento de dados.

Dois erros — Os dois erros cometidos, de um dos quais trata com a costumeira precisão o ilustre Relator em seu Voto, foram profundamente investigados nas inspeções efetuadas pelas Dras. Marli Papadópolis e Elza da Silva Guimarães, cabendo a esta compendiar os resultados do rigoroso trabalho — que consumiu três meses — no extenso Relatório de fls. 274 a 294. Um deles dizia respeito ao estoque, para cujo nível mínimo não existe, aliás, fixação em qualquer norma legal ou regulamentar. Estimativa equivocada do já referido técnico assessor induziu a Diretoria, e não o Recorrente isoladamente, a crer que em menos de dois meses o DETRAN não teria como atender ao público, entrando em colapso um serviço cuja paralisação forçaria uma série de infrações à legislação do Trânsito, estimularia outras tantas com desculpa da paralisia do órgão e propiciaria até os furtos de veículos subtraídos à fiscalização, que em tal hipótese perderia a razão de ser.

O outro erro, de que tratou o Dr. Raimundo Vieira em seu Voto, dizia respeito à ausência do **talho doce** e, principalmente, à alteração da cor da CNH, de **amarelo** para **azul**. Quanto ao **talho doce**, a Assistente Técnica da Inspetoria-Geral diz em seu escrupuloso Relatório:

"Restou provado que a impressão de formulários contínuos, próprios para computação, em **talho doce**, não é possível devido a certos problemas de ordem técnica".

A Casa da Moeda do Brasil permanece, ainda hoje, na mesma situação de novembro de 1976, sem condições de compatibilizar esse requisito com o formulário contínuo exigido pelo sistema de processamento eletrônico, o que demonstra, a meu ver, não ter havido precipitação no ato praticado pela Diretoria do DETRAN. O próprio CONTRAN o reconheceu quando baixou, já em junho do mesmo ano, a Resolução nº. 517, revogando a de número 498/75 em que se conferia a essa empresa nacional exclusividade para produzir os modelos destinados à emissão de CNH e CRV.

Quanto à alteração da cor da CNH, incluída entre as especificações do Edital, resultou de erro dos servidores que o elaboraram, tomando por base amostras fornecidas pela própria **Casa da Moeda**, então produtora exclusiva, e cujo material lhes dava a certeza de estar em harmonia com as características oficiais. Essas amostras, entretanto, que se podem ver às fls. 136/7, estavam em desacordo com as prescrições do Decreto 72.752/73, refletindo-se esse erro no instrumento da licitação.

Posição do CONTRAN — É de sumo interesse conhecer a posição do CONTRAN, alto e respeitável órgão que constitui a cúpula do Sistema Nacional de Trânsito, e que também foi induzido em erro no caso, de modo algo expressivo.

A 27 de maio de 1977, tentou o Recorrente regularizar os aspectos criticáveis do ato da Diretoria do DETRAN, solicitando-lhe autorização expressa para utilizar os formulários comprados. Era uma sexta-feira. Pesando os fatos e ponderando a circunstância de que no Distrito Federal, com a celebração dos referidos Convênios, se procurava implantar pioneiramente um sistema de processamento eletrônico, com as vantagens conhecidas, o CONTRAN concedeu a autorização solicitada. Três dias depois, a 30, numa segunda-feira, resolveu revogá-la, autorizando na mesma sessão o DETRAN do Estado do Rio de Janeiro a contratar a compra de formulários com firmas particulares.

Desarrazoado? Explica-se: a conhecida empresa alienígena **THOMAS DE LA RUE**, que até poucos anos tinha o monopólio da fabricação do nosso papel-moeda, sabendo que a **CASA DA MOEDA DO BRASIL**, para a qual perdera esse privilégio, se defrontava com problemas técnicos a resolver para a produção de formulários adequados ao processamento eletrônico, apresentava-se ao DETRAN-RJ como apta a fornecê-los. Disto informados, os dignos componentes do CONTRAN retiraram a autorização dada ao DETRAN-DF e, interessados naturalmente em melhorar os serviços do Trânsito pela utilização de tecnologia nova, também retiraram à CMB a exclusividade de que desfrutava. Basearam-se, entretanto, em informação que falseava a verdade.

Na data da última inspeção realizada no DETRAN-DF, técnicos de computação da CODEPLAN e da UnB informaram à Chefe de nossa 1ª. Inspetoria Seccional e à Assistente da Inspetoria-Geral que as amostras enviadas pela empresa inglesa, confeccionadas com base em matrizes vindas para isso diretamente da Inglaterra, manifestavam os mesmos defeitos que haviam condenado o material da CMB: achatamento do **talho doce** e deslocamento das remalinas e impressões.

Há, porém, fato mais expressivo. Conforme se vê de documento à fls. 140/3 o DETRAN-DF tentou, já em agosto de 1977, realizar nova licitação para adquirir os ditos formulários com as especificações do CONTRAN, isto é, contínuos mas dotados do **talho doce**. Nenhuma firma se habilitou. Perguntar-se-á: terá chegado ao conhecimento da **THOMAS DE LA RUE** o respectivo Edital? Sim. Foi a firma inglesa convocada a participar da nova tomada de preços, recolheu, como outras, cópia do instrumento de licitação e, como as demais, absteve-se de apresentar proposta.

De quantidade — Um dos aspectos que impressionaram a todos nós, quando se tomou a decisão recorrida, foi o aparente exagero na quantidade de formulários adquiridos: 300 mil para CNH e 200 mil para os CRVs, em total de 500 mil. Embora seja, este, elemento ponderável apenas no conjunto e aliado à idéia, que nos ficara, de prejuízo (pois nossa competência não pode invadir a esfera em que atuam as razões de conveniência ditadas pela atividade discricionária da Administração), esclarece o Recorrente que aquele número fora calculado em função dos veículos e condutores cadastrados, acrescido de pequena margem para estoque. Era intenção do DETRAN-DF substituir todos os documentos e remetê-los pelo Correio aos usuários.

Previa-se, por isso, o consumo do material comprado em apenas um ano, levando-se em conta que na impressão — toda vez que é a impressora acionada — se perdem a primeira e última folhas completas, correspondendo essa perda a várias carteiras.

A impressão, implantado o sistema, se fará diariamente, para entrega, em curto prazo, das Carteiras emitidas. As notificações de infração e "nada consta", para emplacamento de veículos, conquanto ainda processadas pelo sistema convencional, já estão sendo recebidas na residência dos usuários por via postal.

Da uniformidade — Louvável é, sem dúvida, o esforço empreendido pelo CONTRAN para levar os documentos básicos do Trânsito à uniformidade em todo o País. A verdade, entretanto, é que o Regulamento de Trânsito, já amenizado pelo Decreto nº. 72.752/73 e complementado pelas normas ditadas por aquele alto órgão, revelou-se inoperante, assim como toda a legislação do Trânsito, apesar de recente, vem sofrendo progressiva e acelerada debilitação ante o confronto com a realidade de cada uma das unidades federadas, nas quais os problemas crescem na proporção do aumento vertiginoso do número de veículos postos em circulação, ano a ano, enquanto inversamente se retardam as soluções reclamadas pela vetustez e inadequação dos métodos e dos instrumentos disponíveis para aplicá-las. Basta assinalar que essa legislação, cuja vigência data de apenas dez anos, já foi alterada ou complementada por quase 600 (seiscentas) Resoluções do CONTRAN, esperando-se para breve a substituição integral do Código Nacional de Trânsito e, portanto, a expedição de novo Regulamento para substituir, também **in totum**, o que foi aprovado pelo Decreto nº. 62.127/68.

Não há crítica a fazer. Ao inverso, é este um sinal de que o Brasil se moderniza e evolui com tamanha rapidez, que as novas realidades rompem as estruturas jurídicas, forçando-as a acompanhá-las. Trata-se de fenômeno universal, que interessa aos estudiosos da formação do Direito, um dos quais, o insigne Ihering, observava no século passado que "a vida passa, envolve continuamente, e as leis vão ficando para trás, sem mais significado ou serventia, se não forem sendo reformadas ou substituídas, para que surjam outras mais conformes ao espírito da época".

A questão da uniformidade das Carteiras de Habilitação põe em evidência, além disso, a diversidade de situação notada ainda em nosso sistema federativo, de modo a inspirar ao legislador certa prudência no tratamento nivelador, ditado de cima como se niveladas de fato estivessem as unidades abstratamente concebidas. Leis que se editem sem essa visão prudente e realista de nossa Federação correm sempre o risco de se tornarem ineficazes e, conseguintemente, sem validez. Também este é velho tema, sempre renovado pela observação de jusfilósofos e cientistas do Direito. a sua força acabou cedendo o gênio do próprio Kelsen, que após longa estada na América do Norte abrandou em numerossas conferências a rigidez do normativismo exposto na "Teoria Pura", para reconhecer que as condições de validez da norma estavam intimamente associadas às condições que a levassem a produzir algum efeito. Tratando da formação histórica do "precedente" na **Common Law** britânica, Lorenzo Carnelli ("Tempo e Direito", na tradução de Érico Maciel, **José Konfino editora**, 1960), lembra que nas colônias hispânicas, a propósito de certas leis ineficazes ditadas à distância pela Metrópole, ficou conhecida a fórmula: "Que se acatem, mas não se cumpram." O nosso Miguel Reale, nas magníficas "Lições Preliminares de Direito", depois de advertir que a regra jurídica "deve ser formalmente válida e socialmente eficaz", atesta não faltarem leis que, "embora em vigor, não se convertem em comportamentos concretos, permanecendo, por assim dizer, no limbo da normatividade".

Não era outra coisa que pretendia dizer o notável Francisco Campos, legislador maior do **Estado Novo**, em seu jeito irônico e **nonchalant** de reagir a observações simplórias, quando alertado por um auxiliar de que certo ato seu, como Ministro da Justiça ou da Educação, contrariava tal ou qual lei inerte, respondia com naturalidade:

— Não, esta lei não **pegou**...

Ilustração verdadeiramente interessante desse fenômeno são as normas que impuseram a uniformidade das Carteiras de Habilitação e não impediram que esse documento continuasse a variar de características, de Estado para Estado, por não terem levado em conta as peculiaridades concretas dos serviços em cada um deles. Encontram-se nos autos 14 (quatorze) Carteiras e Certificados, de vários Estados diferentes, sem que se possam identificar dois iguais, nem quanto ao tamanho nem quanto à cor.

Para efeito de apreciação do presente Recurso, contento-me, no entanto, com o fato de haver sido a **Casa da Moeda**, instituição oficial e que tinha exclusividade da produção desses documentos, responsável pelo erro em que incorreu o funcionário do DETRAN-DF, quando se baseou em amostras por ela fornecidas e incluiu no Edital de Tomada de Preços a CNH com a cor alterada de **amarelo** para **azul**.

Conclusão preliminar do Relatório — Antes de entrar propriamente no mérito, extraio do Relatório da eficiente e ilustrada Assistente Técnica da Inspetoria-Geral as seguintes conclusões a que chegou, após análise exaustiva das razões do Recorrente e com base em elementos colhidos nas três inspeções a que já me referi:

a) O Diretor-Geral do DETRAN não praticou infração de norma de direito financeiro.
b) Foi induzido em erro pelo servidor que solicitou a aquisição do material, informando-lhe que os estoques se encontravam em nível mínimo.
c) A responsabilidade pela troca de cor da CNH foi de outro servidor, que elaborou o Edital com base nas amostras fornecidas pela **Casa da Moeda do Brasil**.
d) O material comprado está sendo utilizado pelo órgão, não em pequenas quantidades como se supõe, constatando-se em inspeção que o número de formulários consumidos em testes ultrapassa, até, o indicado pelo Recorrente: 18.000 CRVs até 27/06/77 e 6.000 CNHs até 2 de maio do mesmo ano.
e) Com o manuseio, no DETRAN, de volumoso Processo reservado, verificou-se nas inspeções a procedência de outra das afirmações do Recorrente: com a implantação do processamento de dados, todos os documentos existentes no Distrito Federal seriam substituídos.
f) A urgência da implantação do sistema é aspecto subjetivo e somente avaliável por quantos enfrentam os problemas do trânsito; e na época, realmente, nenhuma empresa dispunha de equipamentos para confeccionar formulário contínuo com **talho doce**.
g) O custo do projeto, resultante de convênios com a CODEPLAN e a UnB, apontado pelo Recorrente como motivo de preocupação, montava até janeiro de 1977, a Cr$ 4.234.475,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros), mas deverá superar em muito os 6 milhões indicados no Recurso, quando estiver em funcionamento.
h) O modelo único, então preconizado pelo CONTRAN, na prática se representa por uma gama de variações múltiplas. E a simples alteração involuntária da cor, de amarelo para azul, mantidas as características de tamanho, claros para preenchimento, dados do portador e outras não frustraria o emprego válido das Carteiras nem as levaria à apreensão, posto que estão circulando normalmente. A segurança relativa assegurada pelo **talho doce**, desaparece completamente com a plastificação, usada em benefício da durabilidade do documento.

Sugestões da Inspetoria-Geral — Do exame das razões do Recorrente e do conjunto de elementos obtidos por meio de inspeções **in loco**, são oferecidas ao Egrégio Plenário, no Relatório da eficiente Assistente Técnica, sugestões alternativas de decisão:

1ª.) Deverá dar-se provimento ao Recurso, se esta Corte entender que o Senhor Diretor-Geral do DETRAN-DF agiu nos limites de sua competência; não infringiu norma de direito financeiro; não deve ser responsabilizado por erros de seus subordinados; e adotou a única medida adequada aos interesses da Administração e da coletividade.

2ª.) Deverá determinar-se que o Recorrente reponha aos cofres do Distrito Federal a importância correspondente à diferença entre o preço pago à **CONTINAC** e o proposto pela **AGGS**, desde que o Tribunal considere: a) — justo e razoável acolher as teorias da responsabilidade objetiva e da culpa **in eligendo**; b) — que o Recorrente não observou o princípio da legalidade do ato administrativo, não agiu com a devida cautela e alterou ilegalmente as características dos documentos, resultando daí prejuízo financeiro ao órgão; c) — que seria conduta exigível a verificação pessoal, pelo Recorrente, dos níveis dos estoques de formulários e da conformidade das amostras fornecidas pela CMB com a Resolução do CONTRAN.

Examinando essas duas sugestões, o Sr. Inspetor-Geral propõe, por sua vez, com base nos resultados das inspeções e na farta documentação anexada, que o Tribunal conheça do Recurso, para no mérito lhe dar provimento, por entender que: a) — não foi possível até hoje, decorrido mais de um ano da licitação discutida, nem à **Casa da Moeda** nem a outra firma qualquer, compatibilizar as características dos impressos recomendados pelo CONTRAN com as necessidades técnicas exigidas pelo sistema de processamento eletrônico em implantação no Distrito Federal; b) — a almejada padronização revelou-se impraticável nas demais unidades federadas, como se evidencia pela variedade de modelos em uso no País e juntados aos autos; c) — encontra-se sobejamente comprovada no Processo a informação dos técnicos em relação à impossibilidade de utilização dos citados documentos, com **talho doce**, no sistema de processamento eletrônico; d) — a alteração da cor da CNH decorreu, como também se provou, do fato de haver a **Casa da Moeda** remetido ao DETRAN-DF amostras oficiais de coloração diversa, induzindo em erro o servidor encarregado de elaborar o Edital; e) — seria injusto e ilegal determinar a reposição da diferença de preço entre o material adquirido e o que foi oferecido por uma firma desclassificada na licitação, tendo-se em vista que o órgão recolheu esse material ao seu Almoxarifado e dele está fazendo uso, como também se comprovou nas inspeções.

É o Relatório.

VOTO

Dispenso-me, ao proferir meu voto, de examinar um a um, os itens da proposição do Sr. Inspetor-Geral, como da primeira sugestão da Sra. Assistente Técnica, porque deles tive que tratar no Relatório, de tal modo a matéria de fato aqui se entrelaça com as questões de direito.

Inevitável é tornar ao ponto de partida, já que se trata de Recurso com devolução do conhecimento dos motivos de nossa decisão, para reexaminá-la com serenidade e com o espírito público que deve revestir o controle financeiro e orçamentário, por nós exercido nesta unidade federada, ora auxiliando o Senado Federal, ora com a autonomia de ação que nos confere a Lei 5.538/68, fundada em mandamento constitucional. Quando me refiro às normas das quais deflui a nossa competência, quero preliminarmente reconhecer que esta Corte não chegou à decisão recorrida pela vertente técnica apontada por essas normas. No Relatório de fls. 274 a 294, de conclusão alternativa como já disse, sugere-se por isso, e para a hipótese em que o Tribunal resolva negar provimento ao Recurso, seja imputada ao Recorrente a responsabilidade pela reposição da importância de Cr$ 263.484,00 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros), correspondente à diferença entre o preço pago pelo DETRAN-DF à firma **CONTINAC S/A** e o que lhe cobraria a **AGGS**, caso tivesse sido acolhida a proposta desta. Com efeito, se havida tal diferença como prejuízo para os cofres da Autarquia e, portanto, como débito imputável a seu Diretor-Geral, seria esta a sanção a aplicar, nos termos dos arts. 47 e 48, item II, da Lei nº. 5.538/68. A multa, de que se recorre, cabível seria, apenas, no campo de incidência do art. 51 dessa mesma Lei e dos arts. 54 e 55 do Ato Regimental nº. 7, isto é: se ocorresse inobservância de prazos estabelecidos previamente ou fixados pela Corte; ou infração a leis e regulamentos relativos à administração financeira, orçamentária ou patrimonial.

Na mesma sessão em que proferiu a decisão recorrida, deu este Tribunal, com e pelo voto do eminente Relator, como definitivamente superada a questão da regularidade do procedimento licitatório, do qual resultou a adjudicação do fornecimento dos formulários à **CONTINAC S/A**, única firma cuja proposta correspondia às especificações do Edital, elaborado com vistas às condições técnicas de funcionamento do sistema de processamento eletrônico a ser implantado. O preço oferecido por outra firma, que desatendia ao instrumento da licitação e foi por isso desclassificada sem reclamar, não pode ser considerado para qualquer efeito, muito menos para que se deduza entre ele e o outro uma diferença a ser imputada à responsabilidade do dirigente do órgão, que neste passo agiu em estrita observância de uma das regras do Direito Administrativo: a licitação. Se acolhida a proposta da firma desclassificada (sabe-se que nas licitações o preço não é elemento suscetível de ser isoladamente examinado, com abstração de outras exigências do respectivo Edital), nesta hipótese é que teria o Recorrente praticado ilícito, passível de sanção.

Ainda que fosse razoável aceitar-se a existência jurídica de uma diferença entre os dois preços, a sugestão alternativa do Relatório (peça a muitos títulos admirável pela densidade da substância e pelas qualidades da fatura) não poderia ser acolhida sem ofensa às regras do Direito Processual, que entre nós, pelo menos desde a edição do Código de Processo Civil de 1939, se ajustou à concepção moderna do Processo, abandonando a vetusta **reformatio in pejus** da doutrina dos praxistas para consagrar o princípio, vigente em todos os países civilizados, do **tantum devolutum quanto apelatum**. Inadmissível, mesmo no Processo Penal, passou a ser a reforma de uma sentença, a recurso do Réu, para lhe piorar a situação. Admiti-lo seria anular a segurança jurídica oferecida aos cidadãos pelo Estado, com o duplo grau de jurisdição. O recurso é o meio hábil de que dispõe a parte, prejudicada por decisão judicial, para pleitear do próprio órgão que a prolatou, ou de outro que lhe é superior, a reforma ou **anulação** — parcial ou integral — de veredito por ela reputada ofensivo a seu direito. O que se postula é a reparação da ofensa. Pode esta não haver ocorrido e, neste caso, nada mais cabe ao juízo **ad quem** senão indeferir o pedido, negando simplesmente provimento ao recurso. Mas ocorre frequentemente que ofensa houve e em tal hipótese é

o recurso provido, piorando-se a situação da outra parte, beneficiada com o erro do juízo **a quo**, jamais a do Recorrente. "Como o Estado", escreve Pontes de Miranda nos **Comentários ao Código de Processo Civil**, Tomo VII, "tem de atender, de ordinário, a dois pedidos de tutela jurídica, o do Autor e o do Réu, interessa-lhe saber se sua prestação foi justa; e a recorribilidade da sentença apenas significa que prestou a tutela jurídica sem ser terminativamente." Por outras palavras, como ensina José Frederico Marques ("Instituições de Direito Processual Civil", volume V), citando, aliás, Chiovenda, na sentença sujeita a recurso há uma situação jurídica "de que provém efeitos e consequências segundo os limites que a lei traçar", atuando a recorribilidade somente para demarcar a intensidade e extensão desses efeitos, quanto à imutabilidade da decisão, conforme seja a parte que recorra.

Ao Recorrente, em suma, dá-se ou não se dá o que pede. O recurso é, ou não é, provido, **tantum devolutum quantum apelatum**.

Contém a segunda alternativa da brilhante Assistente Técnica da Inspetoria-Geral outra sugestão que não quero deixar sem exame, ainda que sumário, por se tratar de questão de vez em quando aflorada em nossos debates. Sugere-se, como opção, que se negue provimento ao presente Recurso, desde que o Tribunal considere — além de ter havido prejuízo para os cofres da Autarquia e de que seria conduta exigível de seu Diretor-Geral a verificação pessoal das informações recebidas de seus servidores — "justo e razoável acolher as teorias da responsabilidade objetiva e da culpa **in eligendo**".

A **responsabilidade objetiva**, também conhecida em doutrina como **teoria do risco** ou, ainda, **responsabilidade sem culpa**, vem a ser, nada mais, que a responsabilidade civil da Administração perante terceiro por ela prejudicado. Está expressamente consagrada entre nós, em nível constitucional, desde a promulgação da Lei Magna de 1946, cujo Artigo 194 foi quase **ipsis litteris** transposto para a atual Constituição (Seção VIII, **Dos Funcionários Públicos**), na qual se lê:

"Art. 107 — As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo Único — Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo."

Aí está o que se deve entender como **responsabilidade objetiva**, que por efeito do progresso da Ciência do Direito no mundo ocidental veio substituir entre nós a teoria civilista da responsabilidade subjetiva, também denominada **teoria subjetiva da indenização por dano**, conhecida desde os Códigos de Hammurabi e Manu ("A responsabilidade objetiva das Pessoas Jurídicas de Direito Público", in "Direito Administrativo" — antologia coligida por Sammuel Haig Jameson, da Universidade da Califórnia, e editada no Brasil pela **Fundação Getúlio Vargas**, 1962) e acolhida em nosso Código Civil, como se vê da leitura do obsoleto Art. 15, **in verbis**:

"Art. 15 - As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis por atos dos seus representantes, que nessa qualidade causam danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a deveres prescritos por lei, salvo direito regressivo contra causadores do dano."

A diferença entre as duas consiste em que, na segunda, a responsabilidade nasce da culpa e, na primeira oriunda do direito germânico e erigida agora em preceito constitucional, o fundamento da reparação do dano causado pelo Estado é o evento danoso em si mesmo, haja ou não decorrido de procedimento culposo. O caráter objetivo da responsabilidade civil da Administração está implícito no **caput** do Art. 107 de nossa Constituição (Emenda nº. 1/69) tornando-se mais nítido e induvidoso no Parágrafo, quando se diz cabível a ação regressiva somente "nos casos de culpa ou dolo". O que se quer deixar fora de dúvida é que o direito à reparação do dano, a ser exercido por terceiro, independe de ter agido o funcionário — o agente da Administração — com dolo ou culpa. Daí denominar-se também, a **responsabilidade objetiva**, "teoria do risco". Lê-se em Carlos Garcia Oviedo ("Derecho Administrativo", 9ª edição, Tomo III, pág. 719):

"Tratar de la responsabilidad de la Administración equivale a tratar de la responsabilidad del Estado, ya que aquélla no es sino una modalidad de este: el Estado actuando para la realización de sus fines. Por otra parte, la responsabilidad surge por un acto que invade la esfera del derecho ó del interés ajeno; y como el Estado es una persona moral, el acto de aquél es la operación concreta de un funcionário en el desempeño de su cargo. Por último, téngase en cuenta que **no hemos de tratar sino de la responsabilidad civil, esto es, la que se origina por un daño patrimonial y se resuelve en una indenización.**" (grifei)

Não há, pois, como falar em **responsabilidade objetiva**, no sentido de imputar-se ao dirigente de um órgão administrativo qualquer a responsabilidade por ato de agentes a ele subordinados. Em Direito Administrativo não existe a figura da **responsabilidade objetiva**, nesse sentido — no sentido vertical — pois, há como apurar sempre, por sindicância ou inquérito com direito de defesa, a que agente cabe a responsabilidade por ato de que resultou dano à própria Administração. Responder pessoalmente por esse dano é um dos ônus que se impõem ao cidadão investido em cargo público, cabendo aí falar em dolo ou culpa como motivação da sanção a aplicar.

Em poucas palavras, a teoria da responsabilidade objetiva é inaplicável pelos Tribunais de Contas. Somente aos órgãos do Poder Judiciário, provocados pelo terceiro que sofreu o dano, cabe aplicá-la na apuração da responsabilidade civil do Estado, independentemente de culpa.

Quanto à culpa **in eligendo**, variante da antiquada teoria subjetiva da responsabilidade do Estado, não há publicista de peso que a acolha, nem há como acolhê-la depois que a Administração Pública passou a ser tratada como Ciência e a orientar-se por sólidos princípios de organização, submetendo a escolha de seus agentes a critérios severos de seleção pública, que não mais dependem — salvo por exceção — da vontade e da preferência pessoal dos antigos chefes e diretores, preocupados com sua clientela familiar ou de grupo. Trata-se de um dos muitos resíduos civilistas que subsistem, Só em termos de discussão doutrinária, no campo de estudo do Direito Público, como bem diz, em linguagem veemente, o Prof. Bartolomé A. Fiorini, no trecho que transcrevo de seu "Manual de Derecho Administrativo" (Editora La Ley, Buenos Aires, 1968):

"La jurídica civilista del siglo veinte todavia continua cultivando princípios tradicionales de la culpa **in vigilandi** ó **in eligendo**. Tales proyecciones de princípios seculares se pretenden introducir en el derecho público y administrativo sin razón ni sentido. Estos dos princípios de aplicación en la sistematica civilista presentam el fenómeno de los daños producidos por agentes de la Administración, mencionando la culpa **in vigilandi** ó **in eligendo**. El Estado aparece responsable por la falta de vigilancia sobre sus agentes, pese al poder disciplinario riguroso que aplica, ó por la conduta de individuos que se encuentran lejos de la frontera de la custodia razonable, como acontece con los diplomaticos, etc. Más ridiculo se presenta el argumento de la culpa **in eligendo**, cuando se aplica el régimen riguroso de selección y concurso que se establece para designar los agentes públicos. (.....) En suma, los princípios y las instituciones civiles no pueden servir para la compreensión del problema de la responsabilidad estatal. Asi se comprende cómo ciertos autores se dedican sólo al análisis de la responsabilidad estatal por daños provocados por los agentes públicos, quedando como tierra de nadie el problema de las faltas de los poderes estatales y los daños ocasionados a los particulares por atos normativos del Estado."

Posto o que até aí foi dito, à vista dos fatos novos expostos pelo Recorrente e exaustivamente comprovados nas inspeções realizadas na Autarquia, dou provimento ao Recurso para efeito de cancelamento da multa imposta pela decisão de fls. 122, considerando o seguinte:

1 — Não houve infração de lei ou regulamento, relativo à administração financeira, orçamentária ou patrimonial.

2 — Do ato administrativo de que resultou a compra de formulários com abandono aparente de preço menor, não resultou prejuízo para os cofres da Autarquia, primeiro porque esse preço menor, oferecido por firma desclassificada na licitação, juridicamente inexiste; segundo porque o preço maior era justificado pelas especificações técnicas (fl. 171) e terceiro porque o material adquirido foi recolhido ao Almoxarifado do DETRAN-DF, que dele está fazendo uso regular (fl. 292).

3 — Foi o Recorrente induzido em erro por servidor tecnicamente qualificado, que informou estarem os estoques de formulários em seus níveis mínimos e a Autarquia exposta ao risco de em 30 a 40 dias não ter como atender às necessidades dos usuários.

4 — Esse erro não foi cometido pelo Recorrente, em decisão pessoal, mas por toda a Diretoria do órgão, em deliberação unânime (fl. 146).

5 — Fundado em informação idônea que, se verdadeira, indicaria o colapso iminente de um serviço que se relaciona com a segurança de pessoas e de seu patrimônio, agiu o Recorrente no interesse da administração e da coletividade.

6 — A alteração da cor da CNH, de amarela para azul, foi erro de funcionário incumbido de elaborar o Edital de Tomada de Preços e confundido pela **Casa da Moeda do Brasil**, empresa estatal que tinha exclusividade para a produção dos formulários e deles forneceu ao DETRAN-DF, oficialmente, amostras com a coloração indicada no instrumento de licitação (fl. 136).

7 — A eliminação do requisito do **talho doce** deveu-se à impossibilidade, que ainda persiste, decorrido mais de um ano, de compatibilizá-lo com os formulários contínuos destinados ao sistema pioneiro de processamento eletrônico, em implantação.

8 — Aceitos pelo CONTRAN os formulários destituídos desse requisito, o respeitável órgão de cúpula do Sistema Nacional de Trânsito retirou, três dias depois, a autorização dada, induzido por sua vez em erro por firma alienígena que se dizia capacitada para fornecer o material adequado e, meses após, convocada a participar de nova licitação, absteve-se, como as demais firmas, de apresentar proposta (fl. 143), evidenciando-se a malícia da informação, responsável pela retirada do monopólio conferido à **Casa da Moeda do Brasil**.

9 — Por efeito da instabilidade da legislação do Trânsito, e da ineficácia de algumas de suas normas, a uniformidade das Carteiras de Habilitação e dos Certificados de Registro de Veículos nunca chegou a ser alcançada, como comprovam os documentos juntados, de fls. 147 **usque** 149, inexistindo o risco de apreensão desses documentos.

É o meu voto."

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº. 311/78 — Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a firma CIVILPLAN — Construções e Planejamento Ltda., objetivando a execução dos serviços de construção de uma escola classe e sua urbanização na Ceilândia;

PROCESSO Nº. 534/78 — Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a firma Construtora Roizén Limitada, objetivando a construção de duas escolas e suas urbanizações na Ceilândia;

PROCESSO Nº. 1785/78 — Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração da execução de obras de urbanização na Região Administrativa do Gama.

— O Tribunal tomou conhecimento dos pactos e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº. 880/78 — Aposentadoria do servidor Flaviano de Sá;

PROCESSO Nº. 1043/78 — Aposentadoria do servidor José Bonifácio da Silva;

PROCESSO Nº. 1068/78 — Aposentadoria do servidor Izaias Moura da Cruz.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº. 1753/78 — Nota de empenho nº. 448/78-TUR e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo. — O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº. 1945/78 — Consulta formulada pelo Senhor Diretor-Presidente do Banco Regional de Brasília sobre a possibilidade de aquela instituição de crédito, na qualidade de agente financeiro, contratar operação de crédito com o Governo do Distrito Federal. — O Tribunal decidiu conhecer da consulta e respondê-la afirmativamente nos termos da informação da Inspetoria-Geral de fls. 17/22.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº. 991/76, contendo a prestação de contas final do convênio celebrado em 12/04/76 entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), objetivando a administração, pela segunda para o primeiro, da execução de obras de urbanização na Região Administrativa do Gama. — Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, tomando conhecimento da prestação de contas enviada pela NOVACAP, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº. 1496/77 — Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração da conclusão das obras de construção do Centro de Internamento e Reeducação da Penitenciária de Brasília, a que se juntou a nota de empenho nº. 170/78-DIFIN, decorrente do pacto, já conhecido pela Corte;

PROCESSO Nº. 1757/78 — Nota de empenho nº. 365/78-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Administração.

— O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº. 2708/77, em que se contém o O.I. nº. 107/78-DE-FCDF, pelo qual o Diretor-Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo estabelecido no Of. GP nº. 269/78,

para cumprimento das determinações da Corte. — O Tribunal decidiu prorrogar por 20 (vinte) dias o prazo anteriormente concedido.

PROCESSO Nº. 493/78, em que se contém o Of. GP nº. 238/78, desta Corte, pelo qual se impõe multa à PROFLORA S/A — Florestamento e Reflorestamento, por atraso na entrega de balancetes à Corte. Ao processo foi juntado o O.I. nº. 71/78-SAP, em que o Exmo. Senhor Secretário de Agricultura e Produção informa que a PROFLORA S/A não mais se vincula àquela Secretaria no concernente à supervisão setorial exigida pela Lei 4545/64. — O Tribunal decidiu acolher a sugestão da Inspetoria-Geral, à fl. 18, **in fine**.

PROCESSO Nº. 732/78 — Aposentadoria do servidor Sílvio Cruz de Oliveira;

PROCESSO Nº. 908/78 — Aposentadoria do servidor Raimundo Basílio de Araújo;

PROCESSO Nº. 1062/78 — Aposentadoria do servidor Joaquim Benício Lopes.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº. 1440/78 — Convênio de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Justiça, o Ministério das Minas e Energia e o Governo do Distrito Federal, com a interveniência do Departamento Nacional de Trânsito, do Conselho Nacional de Petróleo, da Polícia Militar, do Departamento de Trânsito e do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para a realização de um programa de intensificação da fiscalização nas rodovias federais e estaduais pavimentadas. — O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

Aprovado o voto proferido pelo Conselheiro Heraclio Salles, no processo nº. 691/77, de que foi Relator, o Procurador Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, em nome da Procuradoria-Geral, disse que o Tribunal tivera um de seus mais altos momentos traduzidos na lúcida e didática exposição que fundamentou o voto com que o Conselheiro Heraclio Salles acabava de enriquecer a cultura jurídica desta Casa.

No mesmo sentido, enaltecendo o cuidado com que foram examinados todos os aspectos que determinaram a nova apreciação do processo, manifestaram-se a Presidência, os Conselheiros Geraldo Ferraz, Raul Soares da Silveira e o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, EMMANUEL TORRES DOS SANTOS, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ, HERACLIO SALLES, RAUL SOARES DA SILVEIRA, JESUS DA PAIXÃO REIS, RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO.

ATA DA 1663ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 18 dias do mês de julho de 1978, às 15:00 horas na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros HERACLIO SALLES e RAUL SOARES DA SILVEIRA, o Conselheiro-Substituto JESUS DA PAIXÃO REIS, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente em exercício, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1662ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente em exercício submeteu à consideração do Plenário Ofício do Presidente JOSÉ WAMBERTO indicando, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 02/78, o nome do Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ para o cargo de Consultor Jurídico da Presidência. - O Tribunal aprovou a indicação.

A seguir, levou ao conhecimento do Plenário dois expedientes:

— Convite do Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal e da Diretoria da Companhia de Água e Esgotos de Brasília para visita às obras do Sistema Rio Descoberto (barragem e instalações), seguida de um churrasco oferecido aos convidados, como parte dos festejos comemorativos do 9º aniversário de fundação da CAESB. - O Tribunal designou como seu representante o Conselheiro Raul Soares da Silveira.

— Convite do Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal para que os membros do Tribunal compareçam à Sessão Solene em comemoração ao Dia do Comerciante, ocasião em que será proferida uma palestra pelo Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal.

Finalmente, o Senhor Presidente informou o Plenário de que o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, após o gozo do restante de suas férias relativas a 1978, reassumira a 17 deste suas funções na Corte.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 1561/69 - Reforma do policial SALMO LOPES. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma.

PROCESSO Nº 911/72-STC - Termo de alteração do convênio celebrado a 21/08/72 entre o Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS), objetivando a administração dos imóveis residenciais e funcionais de propriedade do Distrito Federal. - O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3408/77 - Aposentadoria do servidor João Ribeiro Soares;

PROCESSO Nº 286/78 - Aposentadoria do servidor Josélio José Carneiro;

PROCESSO Nº 897/78 - Aposentadoria do servidor José Ramiro Anunciação;

PROCESSO Nº 918/78 - Aposentadoria do servidor Antonio Umbelino da Silva;

PROCESSO Nº 1057/78 - Aposentadoria do servidor Wilson de Castro Figueira;

PROCESSO Nº 1060/78 - Aposentadoria do servidor Jovelino Rodrigues de Souza;

PROCESSO Nº 1066/78 - Aposentadoria do servidor Eusébio Del Rio Matellan;

PROCESSO Nº 1075/78 - Aposentadoria do servidor Aurelino Alves da Silva;

PROCESSO Nº 1080/78 - Aposentadoria do servidor Valfrides Machado.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoia-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 1740/78 - Decreto nº 4203, de 14/06/78, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$ 3.000.000,00. - O Tribunal tomou conhecimento do crédito.

PROCESSO Nº 1795/78 - Nota de empenho nº 452/78-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 1814/78 - Nota de empenho nº 379/78-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 1825/78 - Nota de empenho nº 306/78-DPC e outras, emitidas pelo Gabinete do Governador.

— O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HERACLIO SALLES

PROCESSO Nº 806/75 - Reforma do policial IRAN DE SOUZA LARA. - O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento da matéria.

PROCESSO Nº 223/78 - Termo de aditamento ao contrato celebrado a 24/01/78 entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Administraçao, e a firma DELTA S/A - Empreendimentos e Serviços, objetivando a limpeza e conservação do edifício Anexo I do Palácio do Buriti e dependências da Coordenação do Sistema de Material. - O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 701/78 - Aposentadoria do servidor José de Abreu Lima;

PROCESSO Nº 902/78 - Aposentadoria do servidor Bispo Teodoro de Jesus;

PROCESSO Nº 915/78 - Aposentadoria servidor João Alves da Costa;

PROCESSO Nº 947/78 - Aposentadoria do servidor Alencar Alves de Oliveira;

PROCESSO Nº 1050/78 - Aposentadoria da servidora Jane Cardoso Barros;

PROCESSO Nº 1059/78 - Aposentadoria da servidora Hemicênia Maria de Barros;

PROCESSO Nº 1067/78 - Aposentadoria do servidor José Vieira Filho;

PROCESSO Nº 1081/78 - Aposentadoria do servidor Severino Alves Ataíde.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 1786/78 - Nota de empenho nº 215/78, relativa a adiantamento concedido pelo Tribunal ao servidor Marcírio Vieira Flores;

PROCESSO Nº 1791/78 - Nota de empenho nº 456/78-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 1822/78 - Nota de empenho nº 051/78-SEF/AUD e outras, emitidas pela Administração das Unidades Desportivas;

PROCESSO Nº 1827/78 - Nota de empenho nº 256/78 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

— O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1802/78 - Decreto nº 4218, de 22/06/78, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Saúde, no valor de Cr$ 4.856.669,50. - O Tribunal tomou conhecimento do crédito.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 906/78 - Aposentadoria do servidor José Martins da Costa;

PROCESSO Nº 909/78 - Aposentadoria do servidor José de Souza Landim;

PROCESSO Nº 969/78 - Aposentadoria do servidor Expedito Pereira da Silva;

PROCESSO Nº 1051/78 - Aposentadoria do servidor Cícero Lisboa da Silva;

PROCESSO Nº 1053/78 - Aposentadoria do servidor Juvenil José Romeiro;

PROCESSO Nº 1064/78 - Aposentadoria do servidor José Maria Elias;

PROCESSO Nº 1070/78 - Aposentadoria do servidor Francion Holanda Feijão;

PROCESSO Nº 1074/78 - Aposentadoria do servidor Petrônio Alves de Barros;

PROCESSO Nº 1085/78 - Aposentadoria do servidor Benedito Luiz do Nascimento;

PROCESSO Nº 1087/78 - Aposentadoria da servidora Maria Dorotéa Muniz.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 1746/78- Nota de empenho nº 104/78 - DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação;

PROCESSO Nº 1789/78 - Nota de empenho nº 372/78-DPC e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 1798/78 - Nota de empenho nº 016/78-SSS e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 1815/78 - Nota de empenho nº 369/78-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos;

PROCESSO Nº 1828/78 - Nota de empenho nº 336/78-DPC e outras, emitidas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

— O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 218/70 - Reforma do policial Jurandir Rodrigues. - O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento da matéria.

PROCESSO Nº 238/70 - Reforma do policial José Amaro Filho. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma.

PROCESSO Nº 1283/76 - Aposentadoria do servidor Abel Lopes, a que se juntou ato retificatório da aposentadoria. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria e o retificatório.

PROCESSO Nº 2297/77 - Aposentadoria do servidor Arnaldo Florêncio de Barros. - Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 3120/77 - Tomada de contas do agente de material da Polícia Militar do Distrito Federal, correspondente ao exercício de 1976. - O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 392/78 - Aposentadoria do servidor João José Pereira. - O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 627/78 - Tomada de contas especiais do servidor Adilson Silva Simões, relativa a adiantamento que lhe foi concedido no valor de Cr$ 30.000,00. - Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, determinar que seja ouvido o interessado para apresentar as razões que tiver em sua defesa, a respeito de irregularidades que lhe são imputadas no processo.

PROCESSO Nº 693/78 - Aposentadoria do servidor Benedito Lins de Oliveira. - O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento da matéria.

PROCESSO Nº 911/78 - Aposentadoria do servidor Josemiro José de Oliveira;

PROCESSO Nº 912/78 - Aposentadoria do servidor Pedro de Souza Vasques;

PROCESSO Nº 1072/78 - Aposentadoria da servidora Maria Auxiliadora Neri Silva;

PROCESSO Nº 1073/78 - Aposentadoria do servidor João Lucena de Araújo;

PROCESSO Nº 1086/78 - Aposentadoria do servidor João Vieira de Mello.

— O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 1778/78 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Centro Social Paroquial São Judas Tadeu, no valor de Cr$ 8.000,00. - O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 1787/78 - Notas de empenho de nºs. 46/78-RA-III e 22/78-RA-VI, relativas a adiantamentos concedidos a servidores do Governo do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1823/78 - Nota de empenho nº 049/78-AERB e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília;

— O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1803/78 - Decreto nº 4220, de 22/06/78, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Finanças, no valor de Cr$ 38.832.695,00. - O Tribunal tomou conhecimento do crédito.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 752/78 - Tomada de contas do agente de material da Seção de Bens Apreendidos e Documentário Fiscal do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças, exercício de 1976. - Decidiu o Tribunal: a) julgar, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição da competente provisão de quitação: b) fazer a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 1610/78 - Prestação de constas de subvenção concedida à Associação Luiza de Marilac, no valor de Cr$ 7.000,00. - O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 1721/78 - Balancete do Banco Regional de Brasília S/A, correspondente ao mês de maio de 1978;

PROCESSO Nº 1731/78 - Balancetes do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF), relativos ao mês de maio do corrente ano.

— O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

Por ocasião do relato dos processos que lhe tinham sido distribuídos, o Conselheiro Geraldo Ferraz foi substituído na Presidência pelo Conselheiro Heraclio Salles.

Encerrada a fase de julgamento de processos o Conselheiro Heraclio Salles, depois de salientar as qualidades de estadista do Presidente Castelo Branco, o qual, após um período difícil em que repôs a ordem no país com firmeza e serenidade, entregou o governo a seu sucessor em pleno regime democrático, propôs a inserção em ata de um voto de saudade ao Presidente Castelo Branco no transcurso do 10º aniversário de seu desaparecimento.

O Conselheiro Raul Soares da Silveira, apoiando as palavras do Conselheiro Heraclio Salles, lembrou ainda que o Presidente Castelo Branco foi o verdadeiro consolidador de Brasília como Capital do país.

O Senhor Presidente e os demais membros do Plenário associaram-se à manifestação dos Conselheiros Heraclio Salles e Raul Soares da Silveira.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ; HERACLIO SALLES; RAUL SOARES DA SILVEIRA; JESUS DA PAIXÃO REIS; RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA; ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER - DF, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO AO PARQUE DE EXPOSIÇÃO DO TORTO.

(Publicado no DODF de 30/12/77 - Pág. 31)

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA QUARTA - O valor do presente Convênio, fica fixado em Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), recursos estes procedentes do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta do Elemento 4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras, do Projeto 1.068 - Financiamento a Programa do Desenvolvimento, conforme Nota de Empenho nº 89/77 emitida pela Secretaria de Finanças no valor de Cr$ 2.000.000,00(dois milhões de cruzeiros).

LEIA-SE:

CLÁUSULA QUARTA - O valor do presente Convênio, fica fixado em Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), recursos estes procedentes do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta do Elemento 4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras, do Projeto 1.068 - Financiamento a Programa do Desenvolvimento, conforme Nota de Empenho nº 368/77 emitida pela Secretaria de Finanças no valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 005/78-DRB

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASILIA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, considerando a não localização da firma ORGANIZAÇÃO GAVIMAR UNIFORMES LTDA, no endereço declarado pela mesma ao Cadastro Fiscal e sendo incerto e desconhecido o seu domicilio fiscal, TORNA PUBLICO a lavratura do TERMO ADITIVO ao Auto de Infração e Apreensão nº 33435, de 29/07/77, assim caracterizado: "Aos trinta dias do mês de junho de 1978, compareci ao estabelecimento comercial da Firma ORGANIZAÇÃO GAVIMAR UNIFORMES LTDA, situada na CLS 214-Bloco "A" Loja 34, a fim de, no exercício da Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, lavrei o presente TERMO ADITIVO AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 33435, de 29 de julho de 1977, para proceder às seguintes modificações :" 1) - Onde se lê: num total tributável de Cr$ 1.541.327,40, correspondente ao ICM no valor de Cr$ 228.927,06, leia-se: num total tributável de Cr$ 1.260.447,60, correspondente ao ICM no valor de Cr$ 189.067,14. 2) - O demonstrativo, que fazia parte do aludido AIA., é substituido pelo que passa a integrar o presente Termo Aditivo. Fica o infrator CIENTIFICADO de que deverá apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, no prazo de 20 (vinte) dias,como dispõe o artigo 247 e artigo 252, da Lei nº 4191, de 24-12-62, Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à Primeira Instância para julgamento.

Distrito Federal, 12 de julho de 1978
ANTÔNIO RIBEIRO DOS SANTOS
Divisão da Receita de Brasília
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
COMISSAO DE LICITAÇAO

AVISO

EDITAL Nº 004/78-CL-SEA — CONCORRENCIA PARA ALIENAÇAO DE MATERIAL CONSIDERADO INSERVIVEL PELO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA-SLU(VIDROS QUEBRADOS, LATAS PRENSADAS E ALUMINIOS EM PEÇAS E EM LIGAS DIVERSAS).

Data: 31.08.78 - Horário: 09:00 horas

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, faz público, para o conhecimento dos interessados que no dia e horário acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trechos 3/4, Lotes 1690/1720, nesta Capital, reunir-se-à a referida Comissão, a fim de receber documentação e proposta de interessados na alienação do material de que trata o Edital epigrafado.

Cópia do Edital poderá ser obtida no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, sito no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 24 de julho de 1 978

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercicio

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇAO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER-DF

COMISSAO DE LICITAÇAO

TOMADA DE PREÇOS Nº 026/78

Edital: - Encontra-se à disposição dos interessados na Comissão de Licitação no 2° andar do Edifício Sede do DER-DF, Setor de Áreas Isoladas Norte, Lote "C", em Brasília, Distrito Federal.

Objeto: - Execução de trabalhos rodoviários compreendendo serviços de "Tratamento Contra Pó" em vias de acesso às MUDB, MSPW e ML /NORTE, numa área aproximada de 140.000m2, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Data: - O recebimento dos invólucros de "Documentação" e "Proposta" dar-se-á às 15:00 (quinze) horas do dia 14 de agosto de 1978.

Brasília, 21 de julho de 1978
Engº CARLOS VICENTE RAMOS GOMES
Presidente da
Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 04

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições regulamentares, NOTIFICA os contribuintes do ICM, abaixo relacionados, não localizados em seus respectivos endereços, que terão 30 (trinta) dias de prazo, a contar da publicação deste, para se regularizarem junto ao Cadastro Fiscal do ICM, na CRS 508 Bloco "A" nº 21. Cientifica, ainda, que transcorrido o referido prazo as suas inscrições serão canceladas de ofício, arcando os citados contribuintes com as responsabilidades fiscais decorrentes.

ADELIA IZAURA MARTINS	0706.1861-5
ADILSON HELI TELES DE ASSIS	0706.0923-3
ALCIDES RAMOS DO AMARAL	0700.3083-9
ALFAIATARIA E CONFECÇÕES CHAIM LTDA	0700.6297-8
ALMEIDA E BARBOSA LTDA	0706.1902-6
ANTONIO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	0700.4310-8
ASSIS BRASILINO DA SILVA	0705.5458-7
AUGUSTA BOUTIQUE LTDA	0706.1933-6
BRASCOPIA REPR. COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	0705.8794-9
CASA DOS VINHOS E APERIT. COM. e REPR. de PRODREG.	0705.5822-1
COMERCIO E REPRESENTAÇÕES IGUAÇU LTDA	0705.4736-0
CLAUDIA DECORAÇÕES LTDA	0705.9440-6
DI ARTE ARTESANATO LTDA	0705.7504-5
DULCINÉIA COSTA FERREIRA BRASMAR	0705.9480-5
EDITORA GRAF. E PAPELARIA BARBOSA LTDA	0705.7037-0
ELETRONICA OSAKA LTDA	0705.6423-0
ELVIDINA DE OLIVEIRA FREITAS	0706.0060-0
ELVINA MACHADO FERREIRA	0700.1200-8
EQUIPE CAR PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	0706.2743-6
GERRY BOUTIQUE LTDA	0706.1017-7
HIDRELÉTRICA COMERCIAL LTDA	0700.7250-7
IGLU BOUTIQUE LTDA	0706.1215-3
INSTITUTO TRIÂNGULO IND. E COMÉRCIO LTDA	0705.9192-0
IRMEL GRÁFICA E PAPELARIA LTDA	0705.9388-4
ISABEL NASCIMENTO DA COSTA	0706.0001-5
J.G. SOUZA	0700.1975-4
J.N. PIMENTA	0705.9411-2
JOÃO EVANGELISTA DOS SANTOS	0700.3900-3
JOSÉ OSMAR CLAUDINO	0705.7074-4
LANCHES BOKAS LTDA	0705.6623-2
LAZÁRO DONIZETTI SANTOS	0705.9675-1
LAUREANO F.P. ESTEVES	0700.1167-2
LIVRARIA E PAPELARIA FISCAL LTDA	0705.6931-2
MAISON ABY BOUTIQUE E CONFECÇÕES LTDA	0706.1584-5
MALHA AFIAMENTO CONFECÇÕES LTDA	0706.0293-0
MANOEL RODRIGUES CAMELO	0705.7209-7
MARIA DAS DORES BAIMA	0705.9845-2
MARIALVA CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA	0705.6745-0
MARIA DE FÁTIMA CAMPOS CARNEIRO	0706.0661-7
MARLENE BARBOSA DE LIMA	0705.6909-6
MERCEARIA CANDANGO LTDA	0705.6713-1
METAPLAST COM. REPR. E APLI. MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	0705.1349-0
MILTON ALVES	0705.0424-5
MINIMERCADO BARATEIRO LTDA	0700.1328-4
MOTA MOITA E CIA	0700.0033-6
MOTO MINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	0706.0292-1
NEIDE DECORAÇÕES LTDA	0705.6878-2
NOVA CHURRASCARIA MINUANO HI-FI LTDA	0705.8772-8
ODEMIA RODRIGUES DE LIMA	0706.1005-3
OLMA DA COSTA TAVARES	0705.4902-8
POLY PLAST. NOVIDADES EM PLÁSTICO LTDA	0705.6635-6
PORÇÃO CASA DE CARNES LTDA	0706.1624-8
RAIMUNDA IRAIDES SAMPAIO	0700.3244-0
RIO TÉCNICA MECANICA IND. E COM. LTDA	0705.9691-3
RIVO MAGAZIM LTDA	0705.1334-1
SPINA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	0700.2248-8
TEREZINHA GONÇALVES RAMOS	0706.0436-3
TONELINI REPE. MAT. CONSTRUÇÃO COM. LTDA	0706.0966-7
TOQUINHA A BOUTIQUE DO BEBÉ LTDA	0705.9856-8
WIGA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	0705.6849-9

Brasília, 11 de julho de 1978

ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
Divisão da Receita de Brasília
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS

EDITAL Nº 04/78

O Chefe do Serviço de Créditos Fiscais do Departamento da Receita da Secretária de Finanças do Governo do Distrito Federal, tendo em vista decisão de Primeira Instância nos processos de Auto de Infração e outros, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabido, NOTIFICA-OS daquela decisão e INTIMA-OS a recolherem aos cofres da Fazenda do Distrito Federal, os valores apurados nos respectivos processos no prazo de 20 (vinte) dias, contados desta Intimação, na forma do Art. 247, inciso II da Lei 4.191/62, ou no mesmo prazo apresentarem Recurso Voluntário à Junta de Recursos Fiscais, nos termos do Art. 25 da mesma Lei.

Findo o prazo, os débitos serão encaminhados à Dívida Ativa, para cobrança executiva.

REGISTRO	PROCESSO	CONTRIBUINTE	NATUREZA	VALOR
1869/78	257371/78	A.J. & Silva Ltda	ICM	255.430,43
1765/78	257361/78	A.J. & Silva Ltda	ICM	120.633,42
1866/78	052065/78	Arlinton Méndes Prado	ICM	945,00
1318/78	015927/74	Adimóvel Administração de Imóveis Ltda	MULTA	624,00
0632/78	058150/77	Agrilfibra Ind. e Comércio Ltda	ISS	7.369,35
0616/78	260349/77	Aniceto Macedo Nery	ICM	4.810,19
1727/78	218251/77	Antônio Arcuri Filho	ISS	16.791,20
0619/78	261320/77	Antônio Francinésio Machado Silva	ICM	5.305,51
0575/78	181708/77	Araújo & Moura Ltda	ICM	57.640,44
1316/78	264875/75	Aristides Ramos Gonçalves	ISS	4.268,70
2125/78	258254/78	Arpazão Tecidos e Variedades Ltda	ICM	90.263,28
589/78	055716/76	Brasil Brasília Veículos Ltda	ISS/ICM	66.049,05
2117/78	050091/78	Brasília Dist. de Bebidas Ltda	ICM	1.445,95
2123/78	051215/78	Bub Confecções e Moda Ltda	ICM	74.862,49
2022/78	257374/78	Bárbara Paulino Ribeiro	ICM	6.373,37
1207/78	182255/77	Camilo Quintino de Araújo	ICM	3.432,40
1733/78	050989/78	Cleri Bernardes Vivas	MULTA	877,70
1874/78	052063/78	Comercial Brasília de Bebidas Ltda	ICM	1.221,90
1737/78	050718/78	Comercial Brasília de Bebidas Ltda	ICM	1.376,92
1496/78	050717/78	Comercial Brasília de Bebidas Ltda	ICM	1.445,86
0553/78	053128/77	Conservadora e Representações Real Ltda	ICM	166.393,05
0637/78	056817/78	Construtora Targino Ltda	ISS	18.085,99
2025/78	052192/78	Construtora Vargas Júnior Ltda	ISS	29.623,45
0532/78	057092/77	Divino Gomes Ferreira	ISS	8.504,42
1753/78	257805/77	Distribuidora Comercial Magazine Ltda	ICM	608.216,04
0635/78	179035/77	Drogaria Nova Capital Ltda	ICM	4.178,87
0653/78	219059/77	Eva Maria Pereira Irineu	ICM	3.753,76
1439/78	050540/78	Esplanda Conserv. de Imóveis Ltda	ISS	23.685,00
2121/78	258530/78	Francisco das Chagas Araújo	ISS	5.919,64
0585/78	058458/77	Geraldo Wanderley de Carvalho	ICM	664,25
1226/78	031971/75	Gráfica Esplanda Ltda	ICM	365.090,09
0531/78	260350/77	Heleno José Pereira	ICM	1.344,46
0612/78	175154/76	João Cândido Ribeiro	ICM	1.824,60
0613/78	057089/77	João Corrêa Lima	ICM	1.489,85
1472/78	268539/77	Juraci Ferreira do Nascimento	ICM	4.246,09
0926/78	269026/77	L. da Silva Braga	ISS	2.018,68
1477/78	016852/74	L.R.S. de Araújo Góis	ISS	3.087,79
1747/78	057436/77	Luiz Carlos Freire Valença	MULTA	134,40
0608/78	266063/77	Maquinova Ind. e Com. Ltda	ICM	38.545,84
1421/78	050445/78	Melo e Almeida Ltda	ISS	4.187,50
1718/78	058574/77	Maria do Socorro Negreiro	ICM	11.616,77
1479/78	054354/77	Mor Com. e Representação Ltda	ICM	11.081,35
1478/78	054353/77	Mor Com. e Representação Ltda	ISS	2.472,90
0503/78	050141/78	Milton Almeida Soares da Silva	ISS	250,77
1719/78	175311/78	Miguel e Carvalho Ltda	ISS	2.962,89
1871/78	256294/78	M. Dias de Souza	ICM	20.090,81
2039/78	180618/77	Minerva Ind. Gráfica Ltda	ICM	66.871,21
1451/78	060047/76	O Bem Amado Imp. de Artigos para Presentes Ltda	ICM	157.869,81
1819/78	257585/78	Panificadora e Conf. Soberana Ltda	ICM	26.600,63
0898/78	218639/77	Panagiota Dimitrios Kontogianni	ICM	57.684,70
1709/78	260885/75	Rennó & Salomon Ltda	ICM	9.464,64
1452/78	224055/75	Serralheria Goiás Ltda	ICM	23.059,52
0634/78	267910/76	Recapagem Brasília Ltda	ICM	3.950,70
0614/78	055873/77	Rezende-Comércio e Rep. Ltda	ICM	235.216,10
0904/78	055874/77	Rezende-Comércio e Rep. Ltda	ISS	2.375,30
1476/78	176509/76	Ribeiro e Irmãos Ltda	ICM	43.291,90
2057/78	057820/77	Risalva Mota do Nascimento	ISS	3.448,73
1864/78	057437/77	Ranulfo Rodrigues da Rocha	MULTA	438,50
0582/78	057878/77	Silvino Bento Xavier	ICM	8.114,00
1776/78	219018/77	Sebastiana da Silva Camargos	ICM	4.394,24
2052/78	257580/78	Supermercado Lago Azul Ltda	ICM	18.576,37
1272/78	053454/77	Super Graf Gráfica e Editora Ltda	ICM	170.333,84
1462/78	260688/75	Tito Antônio da Silva	ICM	19.500,18
1305/78	057653/77	Unitex-União Industrial Textil S/A	ICM	250.711,14
1317/78	016339/74	Vivenda Imóveis -Incorporação	MULTA	624,00
2448/77	059387/76	Vestilar Magazine Ltda	ICM	383.402,53
1504/78	257770/77	Vestilar Magazine Ltda	ICM	23.740,17
1714/78	051345/78	Z.Guerreiro do Vale	ICM	1.214,42

Brasília, 24 de julho de 1978.

EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS
CHEFE.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS

EDITAL Nº 05/78

O Chefe do Serviço de Créditos Fiscais do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal, tendo em vista o resultado do Leilão realizado pela Seção de Bens Apreendidos, relativo aos processos de Auto de Infração e Apreensão de Mercadorias, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabido INTIMA-OS a comparecerem ao Edifício Brasília, 11º andar, sala 1109 -SBS, no prazo de 10 dias contados da publicação do presente Edital, para formalizarem pedido de devolução da quantia constante do respectivo processo.

Findo o praxo acima, sem que ocorra o pedido de devolução, os valores serão lançados a Conta Credores Diversos e os processos arquivados.

REGISTRO	PROCESSO	CONTRIBUINTE	NATUREZA	VALOR
226/75	006336/75	Adelice Maria de Morais	ICM	105,40
0680/76	26125/75	Fortaleza Representações Ltda	ICM	62,63
1164/77	024910/75	Sobrene -Soc.Brasileira de Engenharia e Empreendimentos Ltda	ICM	10.068,45
335/77	058335/76	Selel-Com. Representações Ltda	ICM	705,42

Brasília, 17 de julho de 1978.

EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS
CHEFE.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS

EDITAL Nº 06/78

O Chefe do Serviço de Créditos Fiscais do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Governo do DF., tendo em vista decisão de Primeira Instância nos processos de Auto de Infração e Apreensão de Mercadorias, dos contribuintes abaixo relacionados que se encontram em lugar incerto e não sabido NOTIFICA-OS daquela decisão e INTIMA-OS para no prazo de 20 dias, contados da publicação do presente Edital, apresentarem, querendo, recurso à Junta de Recursos Fiscais, nos termos do Art. 257, da Lei 4.191/62, ou no prazo de 10 dias, Art. 278 da mesma Lei, comparecerem para formalizar o pedido de devolução da diferença entre a condenação e o valor apurado em Leilão, realizado pela Seção de Bens Apreendidos, conforme consta dos respectivos processos.

Findo o prazo acima, os valores serão lançados à conta Credores Diversos e os processos arquivados.

REGISTRO	PROCESSO	CONTRIBUINTE	NATUREZA	VALOR
1291/78	052641/77	Antônio Ribeiro da Silva	ICM	291,00
1482/78	060307/76	Antônio Paulo	ICM	80,80
1296/78	052623/77	Alberto Leandro Gomes	ICM	36,00
1284/78	051569/77	Adalto Rodrigues Rosa	ICM	161,00
1368/78	058339/76	Abder Raauf Awad Klamis	ICM	90,00
0717/76	001485/75	Ahamad Hond Yousse Kawashi	ICM	45,50
1337/77	056486/76	Carlos C. Almeida	ICM	1.035,80
0936/78	052858/77	Francisco Rodrigues de Campos	ICM	56,00
1363/77	058336/76	Francisco Sakon (Fabrica de Móveis Francisco Sakon)	ICM	1.872,00
0937/78	051999/77	José Miguel Coelho da Gama	ICM	448,50
1912/77	056939/76	Nelson Pereira da Silva	ICM	169,80
1360/77	056946/76	Pedro Queiroz de Oliveira	ICM	160,00
0235/78	052624/77	Raimundo Clauber de Andrade	ICM	36,00
1227/78	052626/77	Raimundo Nonato Leandro	ICM	886,00
1356/77	058340/76	Top Dog Lanches Ltda	ICM	439,00

Brasília, 17 de julho de 1978.

EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS
CHEFE.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

AVISO Nº 12/78

VENDA DE IMÓVEIS EXCLUÍDOS DO REGIME DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, nos termos do Art. 11 da Resolução nº 06/73-CA ("DIÁRIO OFICIAL" Nº 164, de 28.10.73), leva ao conhecimento dos interessados que a Diretoria Colegiada da Empresa, examinará e decidirá sobre propostas de compras, independentemente do regime de Licitação, dos imóveis abaixo discriminados:

IMÓVEIS	PROCESSO	INTERESSADO
Área Especial nº 02 - Setor "E" Sul - CS/TAGUATINGA	691.186/77	CENTRO ESPÍRITA AFRO AGANJU
Lote "A" - Área Especial nº 13-3a. Avenida - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE - (regularização)	000.173/75	FÁTIMA ROSA TEIXEIRA (Firma Individual)
Lote 09 - Quadra 32 - Setor Oeste Comercial - CS/GAMA - (regularização)	003.908/76	FRANCISCO MOREIRA ALVES (Firma Individual)
Lote 1.430-B - 3a. Avenida - Tipo Ofício - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE - (regularização)	692.828/77	MOTORAZE - VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
Lote "D" - Área Especial nº 12-Avenida Central - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE	697.545/77	DIVIRAMA - COMÉRCIO DE PAREDES DIVISÓRIAS LTDA.
Lote 07 - Quadra 19 - Setor Oeste Comercial - CS/GAMA	685.781/77	FRANCISCO ALVINO DE SOUZA (Firma Individual)
Lotes 20 e 22 - QI-09 - Setor Industrial - CS/TAGUATINGA	005.108/75	INCARCI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
Lotes 16 e 17 - Rua "D" - Quadra 04 - Setor Industrial - CS/SOBRADINHO	685.182/78	SERRALHERIA TRÊS IRMÃOS LTDA
Lote 79 - Quadra 903 - SGA/Sul PLANO PILOTO	685.323/78	ASSOCIAÇÃO DOS CONTADORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
Lote "A" - EQ-18/20 - Setor "N"-Norte - CS/TAGUATINGA	696.142/77	MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA
Lote "C" - Entrequadra Norte - 204/404 - EQ/N.	693.773/77	CEPRE - CENTRO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR LTDA.
Lote 01 - Bloco 790 - Travessa Dom Bosco - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE (regularização)	006.564/74	JORGE GOMES LOUZA (Firma Individual)
Área Especial nº 04 - Setor "L" Norte - CS/TAGUATINGA (Incorporação)	181.778/76-GDF	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
Lote CL-19 - Quadra 01 - Setor Comercial - CS/SOBRADINHO	012.614/74	ANTONIO TORRES QUINTANILHA
Acréscimo da Projeção nº 02 - Superquadra Sul 313 - PLANO PILOTO	013.712/74	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE BRASÍLIA
Lote 20 - Conjunto 131 - Residencial - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE	689.607/77	MIGUEL ANGELO AYUPP
Lotes 439 e 445 - Avenida Central Comércio - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE (regularização)	691.568/77	SAID ABDEL QADER SHUKAIR
Lote 83 - Quadra 05 - Setor Norte - CS/BRAZLÂNDIA	691.173/77	JOSÉ NILTON DA SILVA
Lote 04- QNH-09 - CS/TAGUATINGA (regularização)	015.237/74	ISIDÓRIO FERREIRA DOS SANTOS
Lote 500-B - 3a. Avenida Comércio - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE (regularização)	013.077/74	VALDEMAR RODRIGUES DE FREITAS (Firma Individual)
Lote 11 - Quadra 09 - Setor Oeste Comercial - CS/GAMA (regularização)	011.464/74	MUHAMMAD HUSEIN ABU HAMA
Lote 1.220 - Avenida Central - Comércio - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE (regularização)	700.317/77	FRANCISCO ALVES FERREIRA (Firma Individual)
Lote 06 - Quadra 01 - Setor Leste Comercial - CS/GAMA (regularização)	005.073/75	TEREZINHA LUIZA ANTUNES (Firma Individual)
Lote "C" - Quadra 703 - SHCG/Norte - PLANO PILOTO	693.132/77	CRECHE MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA "CANTINHO FELIZ"
Área Especial "A" - Quadra 33-Setor "N" Norte - CS/TAGUATINGA	690.596/77	IGREJA ADVENTISTA ÚLTIMA VOZ DA MISERICÓRDIA
Lotes 65, 66, 67 e 68 - Quadra 02 - Setor Industrial - CS/TAGUATINGA	005.188/75	CINTEL - COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE TELAS E PISCINAS LTDA
Lote 18 - Quadra 10 - Setor Sul-Comercial - CS/GAMA	007.403/74	MARIA DOS ANJOS LOPES DE ALCANTARA (Firma Individual)
Lote 10 - Quadra 33 - Setor Leste Comercial - CS/GAMA (regularização)	005.720/74	JURANDINA RIBEIRO DA SILVA (Firma Individual)
Lote 02 - Quadra 28 - Setor Oeste Comercial - CS/GAMA (regularização)	008.035/76	DURVALINA RODRIGUES DO PRADO
Lote 433 - Avenida Central - Comércio - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE (regularização)	014.653/74	RELOJOARIA E ÓTICA NOBEL LTDA
Lote 09 - Quadra 55 - Setor QSD-CS/TAGUATINGA (regularização)	015.255/74	JOSÉ GUILHERME DOS REIS (Espólio)
Lote 16 - Quadra 07 - Setor QSB-CS/TAGUATINGA (regularização)	015.255/74	KONSTANDINOS IOANNIS MARATHAKIS
Lote 02 - Quadra 02 - Setor Sul Comercial - CS/GAMA (regularização)	018.444/74	MASSAN EHNDO (Firma Individual)
Lote 08 - Quadra 14 - Setor Oeste Comercial - CS/GAMA	698.704/77	ANTONIO LAURINDO SILVA (Firma Individual)
Área Especial nº 03 - QNM - 36 - Setor "M" Norte - CS/TAGUATINGA	264.232/77-GDF	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE TAGUATINGA
Alienação do Acréscimo ocorrino Lote 01 - Trecho 04 - SHIS Sul - PLANO PILOTO	022.702/77-GDF	PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A
Lote 269-A - 2a. Avenida Comercial - CS/NÚCLEO BANDEIRANTE - (regularização).	006.637/74	OLIVIA GONÇALVES FERREIRA (Espólio)

Torna público, ainda, que qualquer manifestação de terceiros deverá ser apresentada até o dia 08.08.78.

Brasília, 24 de julho de 1 978.

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

emf.